

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL



SOB O PRISMA DA IMPRENSA: ESTUDOS DE CASO



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE
Fundada em 1846

**Golpe de Estado,
revolta e revolução
no Rio Grande do
Sul sob o prisma da
imprensa: estudos
de caso**



BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Marcelo França de Oliveira

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Francisco das Neves Alves

**Golpe de Estado,
revolta e revolução no
Rio Grande do Sul sob
o prisma da imprensa:
estudos de caso**



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

Rio Grande
2026

Ficha Técnica

- Título: Golpe de Estado, revolta e revolução no Rio Grande do Sul sob o prisma da imprensa: estudos de caso
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Biblioteca Rio-Grandense
- Rio Grande
- 2026

ISBN – 978-65-5306-094-4

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 12 mar. 1893.

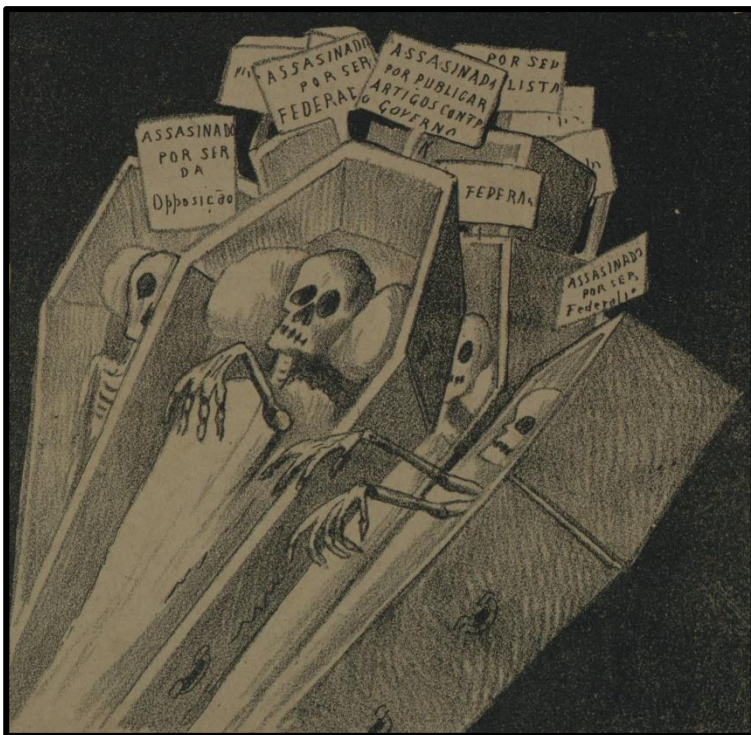
O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

O golpe de Estado de 1891 na concepção do jornalismo lisboeta, portuense e rio-grandino: estudos de caso / 9

Os meses iniciais da Revolução Federalista nas construções textuais e imagéticas do *Bisturi* / 109



**O golpe de Estado de 1891
na concepção do
jornalismo lisboeta,
portuense e rio-grandino:
estudos de caso**

Em novembro de 1891, o Brasil passaria pela crise inaugural durante a sua existência sob a forma de governo republicana. Deodoro da Fonseca buscou enfeixar o poder em suas mãos mais uma vez, repetindo o regime ditatorial com o qual governara até a promulgação do texto constitucional em fevereiro daquele ano. Acostumado com o uso do poder unipessoal, o primeiro Presidente não se adaptou à ideia de ter de governar junto do poder legislativo, de maneira que intentou fechar o Congresso, para retomar o modelo autoritário. A reação, entretanto, foi profundamente negativa, surgindo manifestações públicas e revoltas que enfrentaram a intenção golpista presidencial, que levariam ao insucesso do projeto de Deodoro que acabou por ser apeado do poder. A imprensa teria um papel primordial em tal processo histórico, repercutindo-o e analisando-o, constituindo o objeto de estudo deste ensaio observar os impactos do mesmo junto à imprensa das cidades de Lisboa, Porto e Rio Grande.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

O golpe de 1891 e o jornalismo lisbonense e portuense

Em meio ao jornalismo português, o Brasil constituiu um dos focos mais recorrentes ao tratar de política internacional¹. Nesse quadro, os acontecimentos de novembro de 1891, bem quando a nova forma de governo completava seu segundo aniversário, constituiriam a primeira grande crise

¹ A respeito do jornalismo português do final do século XIX, observar: TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.; TENGARRINHA, José M. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1996.; CUNHA, Alfredo da. Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; MANSO, Joaquim. O jornalismo. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; ARANHA, Pedro W. de Brito. *Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; ARANHA, Pedro W. de Brito. *Rapport de la Section Portugaise - 1er. Congrès International de la Presse (1894 - Anvers)*. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *O jornalismo português: resenha cronológica*. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses*. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; e PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. *Movimento evolutivo do jornalismo político em Portugal no século XIX*. In: *Revista de Ciencias Letras e Artes*. Lisboa, 1(2) jul. 1901, p. 52-57; 1(3).

política da República Brasileira e teriam uma intensa repercussão no conjunto do jornalismo português. Dessa maneira, o golpe de Estado de Deodoro acabaria por servir de mote para muitos dos jornais lusos e, mesmo que o impacto não tivesse sido o mesmo daquele à época da instauração da República, ele foi amplamente noticiado, independente de qual fosse o gênero ou norte editorial do periódico. Nesse quadro, as folhas engajadas político-ideologicamente não perderiam a oportunidade para se manifestar com as republicanas colocando panos quentes sobre a crise, enquanto as monarquistas consideravam que naquele momento se materializavam suas previsões pessimistas para com o Brasil sob a forma de governo republicana, ao passo que as noticiosas ainda intentavam manter a pauta essencialmente informativa.

Os jornais noticiosos e moderados

As atitudes do primeiro Presidente da República, fechando o Congresso Nacional e todo o processo histórico decorrido a partir de então, despertaram um amplo debate no seio do jornalismo engajado luso, mas muitas publicações procuraram manter a sua essência informativa. Assim, mesmo que tais fatos tenham galvanizado uma opção mais intensa pelo engajamento partidarista em relação à forma de

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

governo, a busca pela neutralidade informativa e a moderação continuou sendo praticada no conjunto da imprensa portuguesa. Como era comum, as ocorrências no Brasil despertavam curiosidade e ansiedade por saber mais. Perante tal contexto, as folhas informativas e moderadas chamavam atenção em relação aos necessários cuidados para que fossem evitados os boatos e as notícias contraditórias, algumas sem nenhum caráter de autenticidade, sendo preferido, inclusive, redobrar a prática das transcrições, que passavam a ser uma presença constante. Além disso, tais jornais abordaram temas recorrentes como o desejo do fim da crise brasileira e sua pacificação interna, os possíveis prejuízos trazidos à Portugal a partir de tais dificuldades, o destaque à ação dos especuladores e a necessidade de uma correção de rumos para que se encerrassem as animosidades no Brasil.

Um dos intentos fundamentais da imprensa noticiosa portuguesa ao abordar o Brasil ao final de 1891 era relacionado à incessante demonstração da imparcialidade em seus enfoques. Nesse sentido, *O Comércio do Porto* defendia que deveria ser adotada uma “posição de observador imparcial, e sem os prejuízos do político militante, empenhado na luta” que se travava no Brasil². Já *O Primeiro de Janeiro*

² O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 20 nov. 1891.

propunha que não se deveria avaliar a forma de governo de outro país e imaginava que a situação conflituosa logo viria a ser revertida no Brasil. Tal publicação considerava que seria o “parecer de homens sensatos”, que estavam “nas condições de conhecer perfeitamente as coisas e os homens do Brasil”, que aquele “golpe de Estado, constituindo uma situação anormal”, seria senão de efeitos benéficos, ao menos anódinos, inofensivos para a prosperidade do país e para a sua regular administração. Na mesma linha, afirmava que tal episódio poderia parecer “à primeira vista de uma gravidade inquestionável”, mas não era nada “mais que um ato regularíssimo e legalmente previsto na marcha constitucional do poder representativo”, fosse “sob o domínio da monarquia”, fosse “sob o domínio de um governo republicano”³.

Nessa busca por mostrar neutralidade, ao defender que sua abordagem independia do Brasil ser monárquico ou republicano, *O Primeiro de Janeiro* enfatizava que não lhe obcecava “paixão de espécie alguma”, assim como não teria “interesse de qualquer ordem política” que se filiasse às questões e grupos que se digladiavam no Brasil. O jornal propunha que, em terras brasileiras, os lusitanos deveriam ser

³ O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 6 nov. 1891.; e 7 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

“estrangeiros na acepção mais lata desta palavra”, só se deixando “impulsionar nas opiniões pelo respeito devido ao princípio da autoridade”, qualquer que fosse “o sistema de governo de onde essa autoridade” dimanasse, e ainda “pelo amor à verdade, por mais rude” que pudesse ser “em relação aos desejos e às ambições” lusas. Nessa linha, o periódico concluía que era “indiferente que o Brasil” se regesse “por instituições monárquicas ou republicanas”, devendo todos os portugueses partirem “do sensato princípio de que absolutamente nada” tinham a ver com aquilo⁴.

Na mesma direção ia *O Tempo* que considerava normal a ampla preocupação em Portugal acerca dos acontecimentos no Brasil, mas alertava que não se associaria “contudo à ociosa tarefa de alterar imaginativamente, de acordo com os seus desejos, a constituição política ou a organização econômica da vasta nação americana”. Ainda quanto à conjuntura brasileira, a folha lamentava “os seus desastres, a despeito do regime dentro do qual eles sobrevieram”, assim como se alegraria “com as suas prosperidades, embora elas promanassem de um sistema político” que não desejava “ver implantado em Portugal”, de maneira que se abstinha “de intervir na crítica dos acontecimentos brasileiros”, julgando “em todo o caso

⁴ O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 11 nov. 1891.

oportuno chamar atenção dos homens públicos lusos para os perigos” que andavam “sempre ligados às grandes aventuras políticas”⁵.

Abordando a crise brasileira, *O Tempo* manifestava sua esperança de que as calamidades passassem, pois “as cordiais simpatias” inspiradas a partir do Brasil não seriam “perturbadas por qualquer predileção”, quanto a “estas ou aquelas instituições políticas”, ou seja, “república ou monarquia, as relações” luso-brasileiras deveriam ser “as mais íntimas e as mais amigáveis”. Fazendo referência a “informações de várias procedências, e entre essas alguns telegramas de origem autorizada” que davam “conta de novos episódios na crise mercantil e política” pela qual passava o Brasil, o jornal reiterava que não se supunha “autorizado para intervir” com a sua “crítica nos negócios internos da grande nação americana”. Segundo o periódico, “sob qualquer regime político”, consideraria os brasileiros “sempre como um povo amigo e irmão” e não poderia manter-se “indiferente perante os seus revezes ou infortúnios”, sem neles intervir ou sobre eles necessariamente opinar⁶.

O interesse pela crise brasileira e a carência de informações eram uma outra preocupação dos jornais

⁵ O TEMPO. Lisboa, 10 nov. 1891.

⁶ O TEMPO. Lisboa, 12 nov. 1891.; e 24 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

noticiosos, como destacou o *Diário de Notícias* ao informar que havia muitos comentários a respeito de “notícias de graves ocorrências políticas no Rio de Janeiro, sendo as principais a dissolução das cortes e a declaração da ditadura” de parte do Presidente. A respeito da avidez por informações, o *Diário* explicava que tudo o que se passava no Brasil “de extraordinário ou anormal” despertava entre os lusitanos “a mais viva curiosidade”, e causava “sensação”, o que seria “natural”, tendo em vista “os laços e as íntimas relações” entre portugueses e brasileiros⁷.

Uma das recorrentes pautas expressas pelo jornalismo luso de predominância informativa era a de manifestar o anseio de que no Brasil os problemas fossem resolvidos o mais rapidamente possível e de forma pacífica. Nesse sentido, o *Diário de Notícias* afirmava que “o maior desejo de todos” era “que os incidentes políticos” brasileiros não se transformassem “em comoções violentas” que perturbassem “a tranquilidade pública” e atrasassem “o desenvolvimento dos estados”. Segundo o periódico, a situação era “grave e vencê-la em plena paz, em todas as partes”, seria “bastante difícil”, mas os seus “votos ardentíssimos” eram exatamente “pela tranquilidade do Brasil”. Para o diário lisboeta, era

⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 5 nov. 1891.; e 6 nov. 1891.

“fora de dúvida que a luta entre o governo e o parlamento” assumiria “um caráter de gravidade que não era desconhecido de ninguém”, mas manifestava a esperança na superação, pois seria “impossível continuar a viver em luta”⁸. Essa expectativa de uma solução pacífica e a perspectiva da propalada neutralidade informativa eram também expressas pelo *Diário de Notícias*:

Lastimamos sinceramente todas as ocorrências que estão agravando a situação do Brasil; e, sem entrarmos em apreciações que não seriam agora oportunas, desejamos com ansiedade que as notícias que se forem sucedendo nos tragam a grata esperança de que aquela poderosa nação pode enfim entrar num caminho regular e normal, de paz e progresso. (...)

Estimaremos saber que, na escolha do novo governo, e nas providências adotadas, nas graves circunstâncias em que entra no efetivo exercício das mais altas funções da sua querida pátria, consegue dentro de pouco vencer todas as dificuldades e conciliar as opiniões divergentes quanto à gerência pública e à integridade da nação.

O maior desejo e o mais sério interesse de Portugal é que o Brasil tenha sossego e felicidade para poder com os seus grandes recursos, fortalecer de novo o seu crédito e a sua fama dentro e fora da América.⁹

⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 6 nov. 1891.; e 7 nov. 1891.

⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 25 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

Quanto à pauta em torno das sequelas da crise brasileira para Portugal, o *Jornal de Notícias* informava que, à medida que se agudizavam as questões políticas no Brasil, notava-se “a baixa considerável do câmbio”, tanto que, “para se obter uma libra em Portugal” eram pagas “cinco no Brasil”, o que para os portugueses constituía “uma situação violentíssima”. Na visão do periódico, Portugal tinha “tudo a perder com as agitações” pelas quais passava aquele país, que era “seu irmão pela raça e pela língua, e seu aliado na maioria das suas operações econômicas e comerciais”, de forma que “as desgraças” que feriam o Brasil, feririam “duplamente aos lusos, nas afeições e nos interesses gerais”. Nessa linha, explicava que “entre os infortúnios” que vinham oprimindo os lusitanos e eram “tantos e tão graves, a última crise brasileira” soara “como agouro de um mau futuro”. A publicação portuense apontava que “os fatos ultimamente sucedidos no Brasil” teriam amplas repercussões entre todos quantos com ele exerciam “operações comerciais”, ou que ali tinham “as suas fortunas”, e que padeciam “gravemente com qualquer perturbação na ordem interna daquele país”; e, “quanto à Portugal, as dificuldades” eram “tantas e tão fundas, que por sem dúvida, ela” era “uma das

nações que mais vivamente” se impressionava com “as notícias recebidas” desde a América¹⁰.

Outro aspecto levantado pelas folhas informativas e moderadas lusitanas esteve ligado à imputação de parte da culpa pela crise brasileira na especulação calcada no capital internacional. De acordo com tal linha de pensamento, *O Primeiro de Janeiro*, tendo em vista a decretação da lei marcial no Brasil, dizia que também se deveria fazer uso dela “contra os especuladores do câmbio, os agiotas da bolsa, os banqueiros de contrabando e os empresários de fortunas rápidas”, que perturbavam “a marcha normal das praças brasileiras” e atrofiavam, “sem razão plausível, o crédito da nação sul-americana”. Na opinião do jornal, “havia seguramente um plano ajustado para o descrédito da República Brasileira, concentrado no depreciar da sua moeda e na baixa dos seus títulos”, explicitando que as sedes de tais “conspiradores” eram em “Londres e Paris”¹¹. Na mesma linha, *O Correio do Porto* denunciava que “certas agências telegráficas” estariam a divulgar “grande alarme e pânico para quem quer que se interessasse um pouco pelo bem-estar” do Brasil, no que eram acompanhadas por alguns jornais que

¹⁰ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 6 nov. 1891.; 7 nov. 1891.; e 12 nov. 1891.

¹¹ O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 7 nov. 1891.; e 11 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

“faziam eco de todos os boatos alarmantes, com o fim exclusivo de espalharem o terror”, tal qual fossem “pescadores de águas turvas”¹².

Assim os jornais noticiosos ou moderados levaram em detalhes ao público os acontecimentos em torno do golpe perpetrado pelo Presidente brasileiro em novembro de 1891. Mesmo que cada uma tivesse suas convicções manifestadas explícita ou implicitamente, na maior parte favoráveis à forma de governo vigente em Portugal, essas publicações esforçaram-se para não tomar partido favorável ou contrariamente no que tange ao que acontecia do outro lado do Oceano Atlântico, buscando propagar a ideia de que eram indiferentes entre a monarquia e a república. Dessa maneira, fosse com a preeminência da informação, fosse com a da moderação, os periódicos predominantemente noticiosos estabeleceriam uma alternativa em relação à abordagem calcada no engajamento e no enfrentamento entre monarquistas e republicanos.

Os jornais monárquicos

Diante do golpe de Estado de novembro de 1891, a imprensa de matiz monárquico não perderia a oportunidade para tecer ferrenhas críticas à nova

¹² O CORREIO DO PORTO. Porto, 21 dez. 1891.

forma de governo do Brasil. Nesse quadro, até mesmo algumas das publicações que em 1889 haviam optado por uma moderação na abordagem do tema, ou até outras que buscaram manter uma certa neutralidade informativa, deixariam transparecer uma inspiração monarquista e viriam também a censurar os acontecimentos políticos brasileiros”. Em tais publicações, os pontos de ataque à República foram mantidos, renovados ou ainda outros viriam a ser lançados à leitura do público. Entre tais premissas, foram levantadas a de que aquela forma de governo não teria servido para o Brasil; a perspectiva maniqueísta entre monarquia e república; a suposta lição histórica que a conturbação no cenário brasileiro estaria a trazer acerca dos malefícios do regime; a crise financeira; os possíveis riscos da desintegração, do separatismo e da guerra civil; e os reflexos de tal situação em Portugal. Além disso, tais periódicos sustentaram duro conflito discursivo sustentado com as folhas republicanas portuguesas.

O jornal *Novidades* orientou seu discurso em frontal oposição à transformação brasileira. Segundo o periódico, “as coisas do Brasil” estavam “tomando um aspecto cuja gravidade” não poderia ser disfarçada, uma vez que havia uma tendência de “desagregação geral” e o país parecia ter “entrado, depois da queda da monarquia liberal num período de convulsões políticas, de discórdias intestinas, de revoluções e de

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

golpes de estado”, os quais poderiam “prolongar-se, e comprometer por muito tempo as suas liberdades e a sua prosperidade agrícola, comercial e financeira”. A folha censurava também o controle do telégrafo por parte do governo, evitando a divulgação de notícias que não lhe fossem convenientes e lamentava “as desgraças que sobre o Brasil” trouxera “a República”, dizendo que sentia, “como desventura própria”, aquelas que afligiam o povo brasileiro, “depois que renunciou às antigas instituições, que durante largos anos lhe asseguraram a paz e o desenvolvimento da sua riqueza”. De forma sintética, a publicação declarava que, havia dois anos, o Brasil vivia o “drama de 15 de novembro”¹³.

A respeito da “crise no Brasil”, *O Dia* afirmava que, se “as circunstâncias” apontadas, a partir da “dissolução do Congresso – ser ao mesmo tempo promulgada a lei marcial, e o Presidente da República se dotar a si mesmo com faculdades discricionárias” – fossem verdadeiras, revelava-se “uma situação geral muito mais grave”. Segundo o jornal, “se o Presidente da República” tivesse “passado de chefe do Estado para caudilho de uma facção, mais ou menos numerosa, mais ou menos aventureira”, não seria “difícil prever as deploráveis e desastrosas

¹³ NOVIDADES. Lisboa, 17 nov. 1891.; 23 nov. 1891.; 24 nov. 1891.; e 5 dez. 1891.

consequências” a que poderia “dar origem uma tão irrefletida audácia”. Com olhar irônico e enfatizando a perspectiva monárquica, acerca da derrubada de Deodoro, a folha descrevia que “uma revolução” o levaria “ao poder, uma revolta” o destituía, considerando que isso constituía um “caso lógico e ao mesmo tempo um alto ensinamento político”¹⁴. Pessimistas eram igualmente as previsões de *O Português* que comparava o Brasil às “ditaduras militares nas repúblicas latino-americanas”, de maneira que, em relação à “ditadura do marechal Deodoro”, seria “lícito deduzir das lições da história sobressaltos e receios”, notadamente no que tange à guerra civil¹⁵.

Outro fundamento muito utilizado pela imprensa lusa de cunho monárquico esteve voltado a ressaltar a crise econômico-financeira que afetava o Brasil, imputando a culpa por tal situação à instalação da nova forma de governo. O *Diário Ilustrado* se referia a “notícias aterradoras”, de modo que “todos” estariam “de acordo que a situação financeira do Brasil era péssima e só deste conhecimento”, se originavam “muitas falências”¹⁶. A partir da do ato presidencial de novembro de 1891 e o agravamento da

¹⁴ O DIA. Lisboa, 5 nov. 1891.; e 24 nov. 1891.

¹⁵ O PORTUGUÊS. Lisboa, 6 nov. 1891.; e 8 nov. 1891.

¹⁶ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 22 mar. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

crise financeira, os jornais monarquistas foram ainda mais enfáticos ao acusarem a República por tais mazelas. Nesse sentido, *A Nação*, afirmava que o Brasil estava “sendo arrastado pela República a um perigoso esfacelamento que simultaneamente ou a pouco trecho” o sepultaria “na ruína”, citando “a progressiva e assustadora cotação dos câmbios” como fator comprovador de sua tese. Na visão da folha, “o modo porque a confiança dos mercados europeus” vinha esmorecendo e “o desastroso retraimento de remessa de capitais” dava o “testemunho de que a proclamação da República” fora “um gravíssimo erro” pelo qual “aquele país” estava “se penitenciando”. Diante de tal quadro, o periódico avisava que os acontecimentos do Brasil deveriam “abrir os olhos àqueles que em Portugal puderam alguma vez acreditar na salvação do país por meio da República”¹⁷.

Com sua orientação editorial voltada aos temas econômico-financeiros, *O Crédito* diagnosticava com preocupação a situação cambial brasileira, não vislumbrando maiores possibilidades de soluções. Além das justificativas estruturais para a crise econômica brasileira, o periódico apontava para desmandos e corrupção que teriam ocorrido sob a República. Nessa linha, destacava que havia no Brasil

¹⁷ A NAÇÃO. Lisboa, 7 nov. 1891.

“enormes empréstimos” tomados “ao Estado”, por parte de “parentes e amigos políticos do marechal-ditador, pessoas a quem se emprestava não segundo a sua solvabilidade, mas conforme a sua influência ou autoridade do seu parentesco e de suas relações”. Nesse quadro, o jornal avaliava que “a situação brasileira” afigurava-se, “independentemente das condições anárquicas provenientes do recente golpe de Estado, muitíssimo inquietadora”. Tecendo considerações sobre possíveis soluções, a folha chegava a sugerir que “chamar o velho Imperador seria talvez um meio rápido de conjurar a crise” da nação e “dos perigos que mais gravemente” pesavam “sobre ela”¹⁸.

Tal crise econômica no Brasil era também vista a partir dos reflexos que poderia trazer à sociedade lusa, caso do *Jornal do Porto* para o qual as dificuldades brasileiras poderiam constituir “um presságio terrível de outras conflagrações” que poderiam “ser a ruína do país, acabando por arrastar” também os portugueses “para as beiras do precipício”. De acordo com a publicação portuense, com “as comoções políticas do Brasil” eram agravadas as “dificuldades financeiras, públicas e particulares” lusitanas, avolumando-se ainda mais os problemas cambiais e a especulação monetária, pois, “como consequência do

¹⁸ O CRÉDITO. Lisboa, 26 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

retraiamento dos capitais e mesmo da escassez, pelo represamento de muitos milhares de contos de réis no Brasil” avançariam “a especulação, a agiotagem, a exploração e a carestia”¹⁹.

Outro ponto fundamental levantado pelas folhas monárquicas esteve ligado aos riscos de desintegração territorial que o Brasil estaria a correr a partir do golpe presidencial e as reações dele desencadeadas que acabariam por promover o desmembramento das unidades que compunham o país através da possível deflagração da guerra civil. Tal prognóstico já havia sido previsto em 1889 e, em 1891, ganharam ainda mais força como argumentação antirrepublicana. Nesse sentido, o *Comércio de Portugal* narrava que havia “dois anos que uma revolta militar” derrubara “um trono e meia dúzia de ambiciosos triunfantes” expulsara “o chefe legítimo da nação”, e, desde então, “quantas desgraças” já registrara “a história daquele grande e ilustre povo”. O jornal considerava que no Brasil caíra “uma por uma todas as liberdades públicas, e rasgarem-se, pela imprudência e incapacidade dos homens, os títulos gloriosos das mais honrosas tradições”, as quais davam aos brasileiros “os respeitos e a consideração dos estrangeiros”²⁰.

¹⁹ JORNAL DO PORTO. Porto, 11 nov. 1891.; e 13 nov. 1891.

²⁰ COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 nov. 1891.

Utilizando-se do recorrente recurso das publicações monárquicas de compararem o Brasil sob a República com a instabilidade dos países sul-americanos, o *Comércio de Portugal* sentenciava que estavam se “realizando as profecias daqueles que, conhecendo o caráter do povo brasileiro e receando a influência dos povos vizinhos”, anunciavam que “a nova República” estava destinada “à triste sorte de todas as repúblicas da América do Sul”, nas quais “a lei” parecia “ser incompatível com a liberdade e a liberdade com a ordem”. Dirigindo-se aos republicanos, a folha declarava que não deixaria “de fazer sentir àqueles” que procuravam alterar o *status quo* luso e pensavam “fazer a fortuna” da nação, lançando-a “no caminho das aventuras”, como estaria “sucendendo no Brasil”, que passara “do sossego à revolução e da liberdade à ditadura”. Segundo o periódico, para tanto não valia “realmente a pena abalar uma sociedade desde os seus alicerces, lançar um país nos horrores da guerra civil” e fazer de “um povo honrado e benquisto o escárnio e o desprezo de todas as outras nações cultas”²¹.

Seguindo uma linha didática na doutrina das ideias monarquistas, o *Correio da Manhã* era outro dos arautos da aniquilação territorial brasileira. Segundo ele, nem valia a pena mostrar “ao público as lições”

²¹ COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

encerradas “nos acontecimentos do Brasil”, pois “eram bem fáceis de prever e muitas vezes” foram anunciadas, já que “as evoluções políticas” obedeciam “a uma lei” quase tão certa quanto “as leis físicas”, apesar dos “declamadores” e daqueles “que pelas declamações” se deixavam arrastar. Explana que “a República Brasileira” entrara “numa fase facilmente prevista por todos” os que liam “a história com algum critério”, não havendo o “que estranhar” e chegando “a ser de uma banalidade desesperadora esta peripécia seguríssima da política republicana”. Perante tais asserções, a folha previa que a República haveria “de ir seguindo o seu caminho histórico, conduzindo o Brasil à ruína e ao separatismo”²².

O mesmo jornal considerava que era “o separatismo o perigo mais grave” que ameaçava “a República Brasileira”, pois nela “procedia-se com certa leviandade, animando-se umas separações de representantes de diversos estados, que podiam ter funestas consequências”, havendo bancadas de cada uma das unidades, o que seria “nefasto e digno de censura”. De acordo com o pensamento do periódico, a crise política brasileira constituía “a eterna história das repúblicas”, caracterizada pelas lutas internas, pelo “despotismo de um ditador” e pela “anarquia moral”. Para o *Correio da Manhã*, o Brasil corria riscos

²² CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 7 nov. 1891.

por estar sofrendo com “as mais extraordinárias lutas políticas”, vivendo sob “a mais odiosa escravidão”, e suportando um “regime político execrável”, em uma série de “males políticos” que o ameaçavam não só de passar “de Império à República”, como já ocorrera, mas sim “de federação à desmembração”²³.

Outra publicação monarquista lusitana que ia na mesma direção era *A Província* a qual noticiava que o Brasil voltara, “depois de tão curto e pouco produtivo período de legalidade, à ditadura” que se seguira “ao estabelecimento da República e que tão caro” lhe custara e que tanto deprimira “todos os elementos vitais do país”. A folha tecia previsões bastante negativas, antevendo que “a situação da nacionalidade brasileira” iria brevemente ser “de uma extrema agudeza”, pela qual ocorreria “a guerra civil ou o desmembramento fatal do grande Império”, que constituía a maior prova “da capacidade colonizadora” lusa. Segundo o jornal esses seriam “os prováveis resultados” daquela “perigosa aventura”, a qual deveria servir, em Portugal, “como uma lição tremenda” aos que julgavam “fácil romper com a tradição que mais eficazmente” garantia “a autonomia e a independência nacional contra os possíveis azares da evolução política da Europa”. O periódico

²³ CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 13 nov. 1891.; 19 nov. 1891.; e 27 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

manifestava uma “invencível tristeza” diante dos possíveis destinos que vislumbrava para aquele país “que, durante tantos anos”, fora “entre as repúblicas anarquizadas da América do Sul, um consolador exemplo” de quanto valia “um regime de liberdade e de ordem”, fundado “na tradição” e harmônico “com os verdadeiros interesses do país” e que, “numa hora de desvario” sacrificara “tudo isso à quimera revolucionária que uns acariciavam e às ambições menos lícitas que outros nutriam”, constituindo uma “lição” que não poderia “ficar desaproveitada”²⁴.

Essa fragmentação político-territorial era também prevista por *O Dia*, o qual acrescentava que havia ainda um mal maior a temer, pois, frente à “desagregação o que mais preocupava” não era “a constituição das independências”, e sim “as lutas tremendas e sanguinolentas” que se sucederiam, “quando os grandes estados”, que tinham “elementos de vida própria”, pretendessem “anexar os vizinhos” que não tinham os mesmos meios e virariam alvo de disputa entre os demais. Diante disso, o jornal concluía que de tais fatos se poderia “tirar uma ensinadora ilação”, ou seja, que era “tão fácil a revolta de caserna expatriar um velho imperante, como

²⁴ A PROVÍNCIA. Porto, 6 nov. 1891.; e 13 nov. 1891.

difícil” tornava-se “depois estabelecer uma república viável e duradoura”²⁵.

Tal argumento era ainda defendido com veemência pelo diário *Portugal*, ao explicar que havia dois anos que o Império fora derrubado por “uma cabala política, explorada pelo ardor democrático de alguns alunos das escolas militares”, e já naquele momento “de todos os lados surdiram profecias das horas tristes que o futuro reservava à recém-vinda República”. Na concepção do jornal, os fatos estavam “desgraçadamente dando razão aos pessimistas” de modo que aquilo pelo que passava o Brasil era “apenas o prelúdio” do que se sucederia, uma vez “chegado o momento das reivindicações autonomistas das províncias mais distantes”. A folha argumentava que “a unidade imperialista impunha-se às diversas províncias, pela harmonia dos processos governativos, incapazes de despertar as rivalidades locais” que eram “sempre o mais ativo fermento das revoltas contra o poder central”, mas, com o fim do Império “na voragem de uma arruaça que o êxito coroou”, se rompera também “o frouxo elo que ligava” as províncias”. Na previsão da publicação, naquela “situação dos espíritos do Brasil, um golpe de estado” significava “os preliminares de uma nova

²⁵ O DIA. Lisboa, 11 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

crise política” da qual não deveria sair “inteira a unidade republicana”²⁶.

O catastrofismo era mantido por *Portugal* ao expor que “uma luta civil” não deveria ser “senão o prelúdio do completo desmembramento do florescente Império de D. Pedro II”, dizendo que vaticinava “isso com sincera tristeza”, não se devendo “desprezar este ensinamento da história”. De acordo com a folha “a índole dos povos sul-americanos” era “de natureza a incutir preocupações”, de maneira que seria “natural” que fossem reproduzidos, “com o mesmo horror, os incidentes” que tinham “tanta vezes manchado a história das repúblicas espanholas da América”. O periódico insistia na tese de que fora um erro a transição brasileira, com “a inábil expulsão de um monarca, ao qual tanto devera o Império”, para depois ver-se “o famoso caudilho da revolta de novembro, decaído do efêmero prestígio da vitória”, vendo “levantar-se contra si as espadas que o puseram nas eminências do poder”. Considerava que assim se realizaram “todos os tristes vaticínios feitos ao advento da República”, num quadro pelo qual os “horrores de uma crise econômica” seriam seguidos pelos “horrores de uma desenfreada anarquia”. Mantendo a linha de pensamento, o jornal afirmava que “os episódios sanguinolentos das repúblicas

²⁶ PORTUGAL. Lisboa, 5 nov. 1891.

espanholas” se reproduziriam “inteiramente nas vilas e cidades do antigo Império Brasileiro”, de maneira que não teria valido a pena expulsar “ingratamente um velho, cujo alevantado espírito se consagrara todo à felicidade tranquila do seu povo, para cair” num “abismo” que ameaçava “tudo subverter”²⁷.

As publicações de natureza monárquica tiveram ainda outro ponto extremamente recorrente em suas críticas à transformação institucional brasileira, intentado demonstrar que tal mudança na forma de governo constituía um erro crasso, promovendo constantes comparações entre os tempos monárquicos e os republicanos e confrontando os seus adversários políticos. Ao tratar do assunto, o *Jornal do Porto* referia-se aquela transição como uma “cruel desilusão” que sofrera o Brasil a partir da “transformação súbita do regime político” ali operada “por uma forma surpreendente, e a contar de então, de surpresa em surpresa”, passara-se da “proclamação da República à santificação da liberdade, e da igualdade à organização do Congresso e do militarismo até a ditadura e suas consequências”²⁸.

Na opinião desse mesmo periódico, o golpe presidencial tivera “a virtude de demonstrar que a

²⁷ PORTUGAL. Lisboa, 12 nov. 1891.; e 24 nov. 1891.

²⁸ JORNAL DO PORTO. Porto, 27 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

queda do Império” fora “um desastre que, semelhante ao ciclone, destruíra na sua passagem toda a ventura de um país” e arrastara “na derrocada todas as esperanças, todas as ilusões e todo o crédito nacional”, vindo a determinar “depressões no câmbio, tão fundas, tão desastrosas que colocaram todas as classes na mais absoluta impossibilidade de fazerem a mais pequena, a mais insignificante das transações pecuniárias”. A folha considerava que “a anarquia não era tolerável”, assim como “a desconfiança no crédito, as oscilações do câmbio e as terríveis consequências de ambos”, os quais “tanta influência” exerciam “no modo de existir de um povo habituado a gozar de verdadeira liberdade, de santa equidade, e de crédito financeiro sem óbice de qualquer raça”, como seria à época monárquica²⁹.

No mesmo tom comparativo, *A Crença Liberal*, comentando a crise brasileira, questionava se fora para aquilo que se fizera a República e se destronara “o velho D. Pedro” que fora “forçado a vir para a Europa, vítima dos brutais acontecimentos realizados por uma soldadesca desenfreada, sob a direção de reconhecidos ambiciosos e ingratos”. Tendo em vista o golpe, a folha apontava que o Brasil não estava “no seu estado normal, e que os casos sucedidos” seriam “como o prólogo de graves acontecimentos” que

²⁹ JORNAL DO PORTO. Porto, 27 nov. 1891.

poderiam “fazer perigar a vida e interesses de milhares de famílias”, muitas das quais tinham “residência em Portugal”. Perante tal situação, o periódico argumentava que era toda aquela série de dificuldades o que Brasil conseguira tirar da República, tendo só piorado, de modo que o Imperador derrubado estava “bem vingado dos agravos” recebidos. A publicação defendia que “a nação brasileira era muito mais feliz quando D. Pedro a governava sábia e liberalmente”, considerando ser “indubitável que o real proscrito era um dos monarcas mais ilustrados da Europa”. Dizia ainda que em Portugal havia quem quisesse “fazer o mesmo”, mas opinava que “tais ambições” não passavam “de sonhos pueris”, já que os republicanos lusos “nada” valiam e seriam “tão infelizes” que nem tinham “um homem importante a dirigi-los” e combatiam a monarquia, não para “realizar os seus anelos, mas porque vão explorando parte do povo que ainda os não conhecia bem”³⁰.

O *Diário Popular* que buscara manter uma postura moderada e informativa à época da proclamação da República, a partir da crise desencadeada pelo ato golpista de Deodoro, assumiria definitivamente uma feição monárquica. Referindo-se à dissolução do parlamento e à implantação da

³⁰ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 15 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

ditadura, o jornal apontava para “as funestas e desastrosas consequências que para o povo brasileiro” resultara “da queda do bondoso e ilustre Imperador D. Pedro II”. Segundo a folha, “o Brasil vivia tranquilo e rico, estava altíssimo o seu crédito, aumentava todos os dias a sua riqueza, gozava-se a mais ampla liberdade”, e o “Império caminhava rápido para ser a nação preponderante no vastíssimo sul-americano”, entretanto, viera “a revolta dos quartéis”, fora “expulso o velho e respeitável Imperador” e proclamara-se a República. Em relação aos adversários republicanos, o periódico relatava que, a partir daquele novembro de 1889, “conforme os profetas” lusos, deveria “raiar esplêndido o sol da liberdade” e “a providência despejaria sobre o Brasil uma cornucópia enorme de prosperidade e riquezas”, entretanto, o que se vira teriam sido aqueles “resultados tristíssimos, patentes, desastrosos e terríveis” pelos quais lastimavam “todos os amigos do povo brasileiro”³¹.

Tais resultados eram sintetizados pelo *Diário Popular* a partir de práticas como o autoritarismo, os desmandos das verbas públicas e a especulação desenfreada, referindo-se ao ponto em que chegara “a intensidade do mal” no Brasil, lamentando mais uma vez, pelo “estado de perturbação social e política”

³¹ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 5 nov. 1891. e 6 nov. 1891.

com que se via “a braços aquele país” ainda havia “poucos meses tão liberal, tão pacífico, tão rico, tão próspero”. Para o periódico, seria necessário “tirar a lição eloquente que dos fatos” resultava, ou seja, que não haveria “desgraça maior que pretender um país estabelecer instituições” que destoavam “das suas tradições ou que nos costumes” não se achassem “radicadas”. Nesse sentido, definia que “o Brasil era um país monárquico, com a monarquia vivia tranquilo e rico, e as suas tradições eram as da monarquia” e ele “não estava educado nem preparado para uma rápida transformação política”, promovida por “uma revolta de quartel” que pretendia “implantar violentamente o sistema, que não era das tradições, nem da educação, nem aconselhava nenhuma conveniência social ou política”. Perante tais considerações, reiterava o argumento de que os “resultados desastrosos não tardaram a confirmar a lição que a história” dava “em todos os tempos, em todos os países”, decretando que, aplicada à Portugal, tal experiência só poderia levar o país à ruína, devendo-se, portanto, fazer oposição “aos devaneios dos fanáticos ou dos especuladores deste lado do Atlântico”, ao observar-se “as tristes consequências das vitórias das suas utopias do lado de lá”, pois “a

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

lição dos fatos” era “esmagadora na sua triste realidade”³².

Este mesmo diário lisbonense adotava a estratégia de, didaticamente, reforçar seus argumentos através da insistência na afirmação de suas teses, propondo-se a “fazer o balanço das vantagens e das desvantagens políticas e sociais que as novas instituições trouxeram”, privilegiando a abordagem dos aspectos negativos, considerando os últimos dois anos, como um “período agitado e desastroso”. E mais uma vez o periódico lançava-se a estabelecer um paralelo comparativo, defendendo que “o Brasil vivia tranquilo e livre, à sombra das instituições monárquicas, desenvolvendo de maneira assombrosa a sua riqueza e afirmando cada vez mais as liberdades de que desfrutava”, mas que arrancara “no meio de uma sedição militar a coroa veneranda ao velho Imperador”, despedaçara “o trono que representava a sua independência”, e proscreeva e exilara “o valetudinário soberano”, derivando apenas em consequências negativas. A folha argumentava que, em um “período relativamente curto”, muitas foram as “lições e os ensinamentos”, uma vez que, a “paz” fora sucedida pela “desordem” e esta, pelo “pânico, e no meio deste ocorrer de desastres, uns sangrentos, outros despóticos, todos liberticidas e contraditórios

³² DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 6 nov. 1891.; e 7 nov. 1891.

com as promessas e as ilusões dos que confiavam na República”, dera-se “a paralisação de todo o comércio, a depreciação de todos os títulos, a baixa do câmbio”, além da “miséria e da fome fazendo a sua aparição sinistra por entre os fachos da guerra civil, ateadas em diversos pontos do solo brasileiro”. Tal quadro sinistro era completado pela asserção de que aquele era “o resultado lúgubre de dois anos do novo sistema de governo, cortados de tumultos ensanguentados e angustiosos” e “de explorações financeiras aventurosas, das quais não se poderia sequer “tirar o vislumbre de uma felicidade única”³³.

Os erros da República e seu descrédito diante da monarquia eram também enfatizados pelo *Diário Ilustrado*, que noticiava a dissolução das câmaras e a nova instauração da ditadura. Buscando isentar seus partidários em relação à crise, o jornal reafirmava que, dentre os eleitos para o parlamento brasileiro, fora acentuado pela imprensa “que nenhum deles era monárquico”. O periódico ressaltava que ninguém poderia “deixar de tirar dos fatos a lição que eles” encerravam, considerando que a “verdade” fora que, “em nome da *liberdade*” que era o “lema da bandeira republicana”, o Brasil estava “nos braços do absolutismo da ditadura, mais discricionário que o absolutismo tradicional”. Explicava ainda que “a vida

³³ DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 25 nov. 1891.; e 14 dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

tranquila e gloriosa do velho Império, em cinquenta anos de vida constitucional”, encerrara-se, “dando lugar a uma situação tensa, manifesta nas condições econômicas” e nos conflitos que se sucediam, de modo que “as profecias que a experiência” autorizara, “quando da revolta de 15 de novembro de 1889, todos os dias” iam se tornado “realidade”³⁴.

Outro jornal que deixou transparecer a sua vocação monarquista com a crise de 1891 foi *O Economista*, segundo o qual, no Brasil “estavam se passando fatos de suma gravidade”, constituindo uma “gravíssima situação”. A premissa do ensinamento era também lembrada pelo jornal, ao destacar que “os acontecimentos políticos, administrativos e econômicos” dos quais fora “teatro o Brasil” deveriam “servir de lição aos simples e ingênuos” que imaginavam “ser a coisa mais inofensiva para qualquer país a mudança súbita das suas instituições”. Afirmava que ninguém poderia dizer “que a sorte do Brasil” fosse “invejável depois da queda do Império”, pois a sua situação demonstrava que a mudança institucional constituiria “uma grande precipitação” e, diante disso, sentenciava que “as precipitações, as utopias e os devaneios” tinham um custo muito alto,

³⁴ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 5 nov. 1891.; e 6 nov. 1891.

não se podendo jogar “impunemente com a sorte de uma nação”³⁵.

Tal temática seria retomada por *O Economista* ao apontar que as mudanças propagandeadas pelo republicanismo não haviam sido confirmadas, nem “as felicidades que prometera”, nem “a paz” e nem mesmo “as grandes reformas que iria operar”. Dizia que, ao contrário, o Brasil passara a ter “o seu crédito mais abalado, a sua tranquilidade mais comprometida e o seu dia de amanhã mais ameaçado”, justamente aquilo que pouco antes “ainda estava florescente e sossegado, numa situação brilhantíssima a auspicar os seus destinos”, de modo que se os brasileiros não tivessem “cedido às precipitações de uma ideia ambiciosa”, ainda estariam como antes. Tentando justificar-se, a folha declarava que não exultava “com a situação da República Brasileira”, pois quem o fizesse diante daquela “enormíssima desgraça teria uma péssima índole”, mas buscava deixar claro que não queria que tal experiência se repetisse na sua “casa”, de maneira que “tirar desses fatos a lição que eles” davam não seria um “mau conselho,

³⁵ O ECONOMISTA. Lisboa, 5 nov. 1891.; 6 nov. 1891.; e 7 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

principalmente para quem” precisasse “destas advertências e destes exemplos”³⁶.

O assunto era ainda abordado por *O Português* ao conjecturar que “o Brasil nascera e vivera nas tradições monárquicas” e “de repente, como em um cenário de magia”, transformara-se, “mudando de ideias e de orientação, e de todos os cantos choveram as adesões ao novo sol que se erguia, cheio de vida, de esperanças e de resplendentes miragens”. Diante de tal mudança, o periódico sentenciava que viera “depois a dura experiência confirmar tudo o que havia de imprudente e de perigoso para aquela nação em se lançar assim, impensadamente, numa aventura de tão graves consequências”. Comentava que os novos governantes não tiveram “como conjurar a *derrocada* que todos os dias aumentava e crescia, devendo em breve reduzir o Brasil a uma extremidade desesperada”, diante do que se fazia presente “um sentimento de saudade pelos bons tempos tranquilos e felizes da monarquia expulsa e do liberal sistema constitucional”. A folha vaticinava também que ao Brasil estaria “reservado, por muito tempo, o triste condão de ver esterilizar e murchar todas as suas fontes de produção, consumidas e mirradas” naquela

³⁶ O ECONOMISTA. Lisboa, 12 nov. 1891.; 19 nov. 1891.; e 25 nov. 1891.

“contínua *experiência* de homens de governo e na infrutífera *busca* de estadistas”³⁷.

Os confrontos discursivos entabulados pela imprensa monárquica portuguesa direcionavam-se a vários adversários, o mais fundamental deles eram os republicanos lusos, mas o combate se estendia também a outros inimigos no contexto brasileiro. Nessa linha, muitas das folhas monarquistas, notadamente aquelas mais vinculadas ao catolicismo, estabeleciam o embate também em relação aos republicanos brasileiros e à maçonaria, como o fez *A Nação* quando, referindo-se a Pedro II, dizia que ele fora “expulso da pátria pela revolta dos quartéis e das lojas”³⁸.

Assim, o combate era também extensivo ao republicanismo brasileiro, caso do *Comércio de Portugal* que manifestava o desejo de que o Brasil conseguisse “libertar-se da odiosa oligarquia” que o reduzira “em dois anos à última extremidade, e que os patriotas desinteressados e leais” conseguissem “colocar a administração daquela bela e gloriosa nacionalidade em condições de prosseguir” na “busca do seu ideal de engrandecimento e de prosperidade que tão longe, profícua e eficazmente” fora “favorecido sob a ilustrada, esclarecida e honrada direção de D. Pedro

³⁷ O PORTUGUÊS. Lisboa, 25 nov. 1891.

³⁸ A NAÇÃO. Lisboa, 8 dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

II". A folha via na queda de Deodoro "uma lição do destino", considerando que ele atraíra "os seus juramentos de fidelidade ao Imperador" e, naquele momento, estaria a queixar-se "dos ingratos", relembrar "os favores acumulados e esquecidos" e sentir "dolorosamente o abandono de todos os que o adularam e de todos os que procuraram engrandecer-se e locupletar-se à sua sombra", tal qual fizera com Pedro II. Diante de tais conjeturas, o periódico exclamava: "É certo, é certo, que Deus não dorme!"³⁹.

O mais visado adversário no conflito discursivo estabelecido pelo jornalismo monárquico luso era o próprio republicanismo português. Nesse sentido, *A Revolução de Setembro* chegava a ressaltar que não era "a ditadura da infantil República" no Brasil que queria discutir e sim pretendia "apreciar a atitude embaçada e incoerente dos ilustres republicanos de cá". Na sua concepção, "os demônios das repúblicas" pareciam "apóstatas a desmentir e a estragar as cantatas dos republicanos teóricos", de modo nada seria "mais natural, mais justificável, mais legítimo, e não poucas vezes mais sublime do que o arbítrio, a violência, a ditadura" que espezinhava "a lei" ou amordaçava "os povos", se fossem da conveniência "da república ou dos republicanos", mas se transformavam em "escândalo enorme, torpe

³⁹ COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 24 nov. 1891.

iniquidade, depravação ignóbil, despotismo revoltante”, se o fizessem os monárquicos⁴⁰.

Tal folha mostrava preocupação com as “notícias aterradoras do Brasil”, vislumbrando que havia ali um premente “estado de convulsão”. Afirmava ainda que “o exemplo do Brasil” era “a prova cabal e direta, sobre muitas outras” que a história registrava e que abundavam “na América do Sul, de que os maiores inimigos da República” eram os próprios “republicanos, sendo ao mesmo tempo os maiores inimigos da sua pátria”, para a qual preparavam “cenas de desordem, de sangue, de perseguição e de desgraças”. O jornal dizia que, como publicação monárquica, poderia apreciar e julgar o que acontecia no Brasil, “como fatos da história contemporânea, que de muita maneira” serviam “de lição” para os portugueses. Nessa linha, argumentava que “a instabilidade das instituições republicanas, as perturbações econômicas que elas produziram num país florescentíssimo” e “a facilidade com que elas foram levar as conquistas liberais ao absolutismo de uma ditadura instável” viriam a servir como para ensinar “prudência e precaução a muitos obcecados irrefletidos que julgavam que bastava proclamar a

⁴⁰ A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO. Lisboa, 7 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

República para ter assegurada a liberdade, mantida a ordem e acrescentada a fortuna pública”⁴¹.

Diante dos ataques das folhas republicanas, *O Dia* partia em defesa das publicações monarquistas, destacando que, havia dois anos que o Brasil lançara-se “num caminho de audaciosas aventuras políticas e de aventuras financeiras ainda mais temerárias”, de modo que chamara “sobre si a atenção e a crítica de toda a Europa”. Perante tal quadro, argumentava que não poderia “ser a imprensa portuguesa estranha a esse espetáculo mirabolante que lhe oferecia um povo amigo e irmão”, tendo noticiado e opinado “por dever de ofício”, e “impulsionada pelos sentimentos da mais afetuosa estima”. O periódico alertava que “as aventuras volveram-se em desastres, as temeridades em catástrofes”, vendo-se “em perigo a integridade de uma grande nação que era o mais brilhante e o mais glorioso atestado da capacidade colonizadora dos portugueses”⁴².

Tendo em vista tais procedimentos, o mesmo jornal monarquista dizia que houvera “frases de indignação, artigos de merecida censura para os *condottieres* da política e para os flibusteiros da finança” os quais, “sem escrúpulos desbaratavam a

⁴¹ A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO. Lisboa, 12 nov. 1891.; 15 nov. 1891.; e 26 nov. 1891.

⁴² O DIA. Lisboa, 26 nov. 1891.

fortuna do Brasil, considerada como um apanágio histórico”. Com base nisso, a folha questionava o que havia de “incorreto e desleal” em tais práticas, pois, “deplorando as desgraças do Brasil, a imprensa monárquica portuguesa apontou-as ainda como um exemplo a evitar na política interna” lusa. Diante de tal argumentação, a folha lançava a premissa recorrentemente utilizada pelo periodismo monárquico, afirmando que, “se a grande nação da América Austral, rica, opulentíssima de todos os recursos naturais”, não poderia “resistir intacta e íntegra aos desvarios dos seus epilépticos inovadores”, pior ainda seria o que “aconteceria a Portugal, quando a fatalidade de um regime semelhante passasse por cima das suas instituições tradicionais”⁴³.

A Tarde foi outra representante do jornalismo monarquista que levou em frente o confronto discursivo com os adversários políticos. Segundo a folha, “que os jornais republicanos” andavam “deveras embrulhados com os acontecimentos do Brasil” era “um fato” que não admitia “contestação” e nem mesmo merecia, uma vez que era para eles “efetivamente dificultoso encontrar papalvos” que acreditassem “na estabilidade das instituições republicanas”. Nessa linha de pensamento, o jornal

⁴³ O DIA. Lisboa, 26 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

argumentava que “se as repúblicas num dia” se levantavam, “para caírem no outro”, ficaria “claro que ou a vontade popular” se conservava “estranha a algum, pelo menos, desses movimentos, ou o governo republicano” era “de tal ordem que pouco tempo” seria exigido “para demonstrar a sua absoluta ineficácia contra os erros e contra as ambições dos homens”; isto sem levar em conta a suposição de “que a vontade popular” fosse “uma espécie de prostituta”, que num dia se vendia a um, para, no seguinte, se vender “a qualquer outro”. Perante tais perspectivas, a folha dizia que “em qualquer das hipóteses” estabelecidas, “a ideia republicana fazia uma triste figura” e criticava ainda com mais força a imprensa antimonárquica, considerando-a contraditória por ter aplaudido as atitudes de Deodoro e, após sua queda, acatado a mudança de Presidente como um fato normal⁴⁴.

Assim as publicações portuguesas de cunho monárquico buscaram mostrar os acontecimentos no Brasil dos últimos meses de 1891 sob um prisma amplamente negativo, qualificando-os como um momento catastrófico, tenebroso e caótico, ou seja, traziam o sentido escatológico do final dos tempos para uma nação que seria próspera à época do Império, e colocara-se à beira do precipício a partir da

⁴⁴ A TARDE. Lisboa, 25 nov. 1891.

mudança na forma de governo. De acordo com tal perspectiva, as prevenções monárquicas em Portugal ganharam terreno a partir do golpe de Estado perpetrado pelo Presidente, ampliando-se as perspectivas impressas acerca dos malefícios que poderiam ser trazidos pela transformação ocorrida dois anos antes. O discurso das folhas monarquistas, em novembro de 1889, orientava-se por prognósticos, previsões e vaticínios acerca das prováveis desgraças que viriam com a República e, em novembro de 1891, elas acabariam por encontrar a oportunidade para transmutar, em sua concepção, tais prenúncios em concreta realidade.

Os periódicos republicanos

A crise brasileira desencadeada a partir do golpe de Estado do primeiro Presidente constituiu um momento de aperto para o periodismo republicano luso, pois nele as folhas republicanas tiveram de fazer um esforço redobrado na busca de convencer os leitores de que, apesar dos sobressaltos, a República no Brasil não estaria em perigo e continuaria próspera. Tal imprensa intentou demonstrar a existência de uma campanha de descrédito contra a República além de um projeto restaurador, a quem imputava parte da culpa pelos problemas da nação americana. Para esse conjunto de periódicos, a atitude presidencial fora um

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

ato normal que fazia parte das perturbações momentâneas, as quais seriam típicas da formação histórica das repúblicas, de maneira que a transição de Deodoro a Floriano foi apontada como a solução dos problemas e a garantia do acerto de rumos. Tais jornais manifestariam ainda a plena certeza de que o Brasil superaria aquele momento de adversidades, bem como sustentariam ardoroso conflito discursivo com os periódicos monárquicos.

Um dos pontos essenciais defendidos pela imprensa republicana esteve ligado à tentativa de demonstrar que os episódios no Brasil eram caracterizados essencialmente pela normalidade, constituindo percalços de menor monta, os quais seriam típicos de etapas históricas de transição. O *Século* sustentava tal versão, ao considerar que aquelas “vicissitudes” não poderiam ser consideradas como motivos plausíveis para se condenar as “instituições democráticas”. Segundo o jornal, a República ainda não entrara completamente “no período normal da sua existência”, achando-se “na crise de formação, fase em que as sociedades” estavam “sujeitas aos embates mais ou menos violentos”. Dessa forma, opinava que a atitude de Deodoro não representaria “um perigo iminente e invencível para a integridade da nação brasileira, para os progressos futuros desse país feracíssimo, e, enfim, para a solidez das instituições democráticas”, resumindo a ideia com a

asserção de que o Brasil atravessava “simplesmente uma passageira crise de formação”⁴⁵.

Utilizando-se de exemplos internacionais, *A Vanguarda* corroborava com a tese do caráter normal dos fatos no Brasil, argumentando que “a República Francesa” atravessara “crises gravíssimas, que muitas vezes fizeram com que os partidários da monarquia lhe vaticinassem a morte”, entretanto, “nada disso” impediria “que a República salvasse a França e que a levantasse ao máximo do seu esplendor”. Com base em tal explicação, a folha definia que aquilo que se dava no Brasil tinha “aproximadamente o mesmo valor”, de maneira que “a especulação monárquica tentada em volta da crise política que a nação brasileira” atravessava, só poderia “impressionar aqueles” que julgavam “que a servidão era a ordem”. O jornal defendia ainda que “a solução das dificuldades que essas crises” provocavam era “infinitamente mais simples nas repúblicas do que nas monarquias”, num quadro pelo qual, “a deposição do marechal Deodoro e a sua substituição pelo vice-Presidente Floriano Peixoto” constituía “uma garantia de que o conflito aberto” chegara “à sua natural solução, visto que desaparecera da cena política o indivíduo contra quem se levantaram as cóleras populares”. A publicação exaltava que “tão

⁴⁵ O SÉCULO. Lisboa, 22 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

naturalmente” se chegara aquele “termo, que a substituição do marechal Deodoro” se fizera “sem efusão de sangue, ante as simples indicações da opinião”, que se pronunciara “contra a sua política”. Declarava que era “assim que nas repúblicas” se resolviam “as crises mais graves”, diante do que previa que “o riquíssimo Brasil”, viria a assegurar “em bases seguras a sua prosperidade econômica e a sua estabilidade política”⁴⁶.

A *Vanguarda* insistia nessa perspectiva ao dizer que “felizmente a grande reação brasileira, depois da deposição do Presidente” entrara “em um caminho de tranquilidade e pacificação, renascendo a confiança para os desconfiados e inquietos”, de forma que “o câmbio e os fundos brasileiros subiram desde logo, acentuando-se cada vez mais a esperança de que a política daquele país” entraria “num período de prosperidade e regeneração”⁴⁷. Em abordagem similar, *O Pensamento* relatava que “as notícias telegráficas que vieram anunciar à Europa o movimento revolucionário” que tivera “lugar no Brasil, tendo por fim a deposição do marechal Deodoro”, o qual havia se “proclamado ditador, foram recebidas por todos os republicanos com inequívocas provas de alegria e pela gente

⁴⁶ A VANGUARDA. Lisboa, 25 nov. 1891.

⁴⁷ A VANGUARDA. Lisboa, 28 nov. 1891.

monárquica com o doloroso pasmo de uma nova decepção”. Argumentava que “não fora para sofrer o mando imperativo de um general que o povo daquela florescente nação expulsara de si a monarquia”. Em mensagem direta aos portugueses, o periódico exortava um grito de “glória ao Brasil” e “aos povos” que conseguiram compreender “os seus direitos” e não deixavam “algemar a liberdade”, uma vez que haveria uma “vantagem essencial, notabilíssima do sistema republicano”, que educava “o povo” e o fazia “conhecer as suas garantias, presar a sua independência e defender o seu direito”⁴⁸.

Ao lado da tendência de intentar pintar em cores suaves os acontecimentos no Brasil, reduzidos ao rótulo da normalidade, os jornais republicanos buscavam justificar tais episódios, como fez *O Século* ao resumir o golpe a um antagonismo entre o Presidente e o Congresso, restringindo-se tudo a um “conflito entre os dois poderes”. Segundo o periódico republicano, tal conflito entre os dois poderes não traria “maiores complicações de certa gravidade que se lhe pretendia dar”, em alusão às folhas monárquicas, uma vez que “a ação do chefe de Estado” no Brasil não seria “a mesma dos chefes dos Estados monárquicos”, pois, naquele país, ele tinha “a responsabilidade do executivo” e, por conseguinte,

⁴⁸ O PENSAMENTO. Lisboa, 6 dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

“com essa responsabilidade, a obrigação de intervir”, quando julgasse “conveniente, na política interna”⁴⁹.

Outra preocupação das folhas antimonárquicas estava ligado ao esforço de fazer a contradição entre o que denominava de boatos apavorantes e infundados que estariam sendo lançados contra o Brasil, apenas para denegrir a imagem da jovem República. Nesse sentido, *O Século* foi um dos que mais se esforçou para desmentir os “boatos alarmantes” espalhados em toda a Europa, acerca da “restauração” e da “perturbação da ordem pública no Brasil”. O periódico chegava a divulgar telegramas provenientes de autoridades públicas brasileiras, no intento de “desfazer os boatos terroristas que os inimigos da República adrede estão espalhando.” Qualificando tais notícias como tranquilizadoras, naquele “momento em que a nascente e simpática República” festejava “o segundo aniversário da sua fundação”, o jornal aproveitava para fazer “votos para que aquele povo irmão” entrasse “num período de absoluta serenidade e prosperidade, robustecendo-se nos vastos e opulentos recursos” que o país dispunha. Mantendo a prática da defesa do Brasil, a folha republicana contradizia os jornais que davam “curso a boatos alarmantes acerca da tranquilidade pública no Brasil e da situação financeira da praça fluminense”, garantindo que “a

⁴⁹ O SÉCULO. Lisboa, 5 nov. 1891.; e 6 nov. 1891.

legação brasileira tinha recebido um telegrama” que dava “como findos os motins populares”. Imaginando o fim imediato da crise, com alívio, *O Século* reiterava que os informes “recebidos do Brasil” davam “como assegurada a paz em todo o território da República”⁵⁰.

A *Voz Pública* foi uma folha republicana que buscou promover o desmentido em relação aos rumores contra o Brasil:

Ontem pela manhã espalharam-se boatos nesta cidade alarmantíssimos sobre os negócios da República do Brasil. (...)

Diziam os tais telegramas, forjados por especuladores que o Brasil estava entregue aos horrores de uma revolução, fuzilamentos, proclamação do velho e outras baboseiras só acreditáveis por papalvos ou malvados; uns, por carência de inteligência; outros, pelos interesses vilíssimos de espalhar o terror branco entre os timoratos possuidores de valores brasileiros, a fim de se apoderarem deles por baixos preços.

É preciso que o público se previna abrindo bem os olhos em face dessa horda de especuladores, rindo-se do espírito malévolo que os domina e acautelando-se dos seus desígnios bem claros: os de se apossarem por pouco do que custou muito aos outros.

É necessário, sob pena de prejuízos lamentáveis e escusados, que o público se compenetre da certeza de que o Brasil econômico e financeiro não se abala facilmente a ponto de

⁵⁰ O SÉCULO. Lisboa, 12 nov. 1891.; 16 nov. 1891.; 13 dez. 1891.; e 14 dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

perder o seu total equilíbrio e com ele a sua existência futura pelo fato necessário de uma ditadura patriótica, que só tem o defeito, perante os interesse da nação brasileira, de se ter realizado mais tarde do que devia ser. (...)

Os especuladores apressam-se em armar boatos aterradores para obterem os valores brasileiros por preços baixos, na certeza de os venderem depois com subidos preços.

Eis a razão de todas as notícias falsas a respeito do Brasil. Tenha, pois, o público cautela e muita cautela!⁵¹

As constantes possibilidades ventiladas de estabelecer-se uma restauração monárquica no Brasil era outra das perspectivas contra as quais o periodismo republicano se colocava em armas, orientando seu discurso em pleno antagonismo em relação ao que denominava de sebastianismo. Essa tendência se manifestou nas páginas de *O Século* que denunciava a existência na Europa de uma “conspiração” restauradora, considerando que se tratava de um “assunto delicado” que poderia complicar a “situação” lusa, se alguém se prestasse “a cooperar na restauração da monarquia brasileira”. O periódico tecia fortes críticas aqueles que opinavam favoravelmente à restauração e buscava garantir que não deveriam ter “os amigos da liberdade nenhuma apreensão sinistra sobre os destinos do Brasil”,

⁵¹ A VOZ PÚBLICA. Porto, 11 nov. 1891.

permanecendo tranquilos, pois aquele “grande e famoso país” haveria de garantir “o glorioso compromisso” contraído “perante o mundo civilizado” bem como “seus filhos” não desmentiriam “jamais a sua heroica procedência”⁵².

Tecendo mais algumas “considerações sobre os sucessos do Brasil”, *O Século* atacava “os jornais autoritários” por estarem vendo “nos derradeiros sucessos políticos do Brasil sintomas evidentes de uma restauração monárquica” e considerava que tais conjecturas eram infundadas. De acordo com a folha republicana, tal restauração seria “um sonho como o messianismo de Barba Roxa na Alemanha, ou em Portugal o sebastianismo”. Para o periódico a volta da monarquia ao Brasil era irrealizável, devendo terminar “as veleidades de alguns monarquistas”, pois “a ideia da restauração, que ainda sorria a alguns”, teria “de ser necessariamente posta de parte”. Na sua concepção o sebastianismo não passava de uma esperança inútil que acabaria por constituir a “última enxadada no monarquismo brasileiro”⁵³.

Também para *A Voz Pública* a monarquia estava morta e não teria chances de ressurreição. Na opinião da folha, desde 15 de novembro de 1889, aquele “povo irmão” afirmara “perante a civilização e

⁵² O SÉCULO. Lisboa, 25 nov. 1891. e 26 nov. 1891.

⁵³ O SÉCULO. Lisboa, 28 nov. 1891.; e 6 dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

à face da América e do mundo a sua virilidade política”, relegando aquela “monarquia isolada em plena democracia americana para os domínios da recordação histórica”. Dizia que o Brasil, abandonara aquela “forma repugnante ao ideal moderno”, a partir do que “uma mesma luz incessantemente bela” envolvera “na área imensa da sua projeção todos os povos independentes do novo continente”. Apontando os restauradores como os causadores de todos os males do Brasil, o periódico afirmava que “todas as dificuldades da democracia brasileira” provinham “da sua febre de perdoar”, quando fora exatamente “no período ditatorial” que deveriam ter sido operadas “as grandes reformas” e decretadas “as grandes expiações”. Explicava que não teriam pensado “assim os ditadores” e “fizeram mal”, tendo de enfrentar “as consequências”, recomeçando “o saneamento do país, inutilizando a especulação sebastianista”, numa luta na qual deveriam “triunfar porque a verdade triunfava sempre”, mas já poderia, antecipadamente, “ter dissipado estas ligeiras manchas do belo horizonte da liberdade brasileira”⁵⁴.

Quanto ao tema, *A Voz Pública* opinava com ainda mais ênfase, afirmando que, “com a crise política que o Brasil” vinha “atravessando, os monárquicos portugueses chegaram a ter vagos

⁵⁴ A VOZ PÚBLICA. Porto, 15 no. 1891.

clarões de esperança no restabelecimento da monarquia bragantina de além-mar”, não tendo “mão em si que não deixassem, nos seus jornais, transparecer o seu sonho ilusório”. Na opinião da folha, “a restauração da monarquia” poderia “entrar na mente cobiçosa de alguns loucos despeitados”, entretanto “qualquer tentativa para a sua realização apenas conseguiria acender ali a guerra civil, despertando o espírito separatista dos estados que a federação” fizera “autônomos, e que não aceitariam por forma alguma uma nova transformação em sentido retrógrado”⁵⁵. Mesmo sem acreditar no êxito dos “sebastianistas”, *A Ideia Nova* recomendava todo o cuidado com eles, considerando evidente “que as probabilidades de uma restauração imperial” deveriam “figurar num lugar proeminente, na ordem dos fatos previstos pelos democratas brasileiros”, visto que, procurando “todos os pretextos” com que pudessem “insinuar-se na opinião pública, os sectários das velhas formas políticas” trabalhavam “com natural empenho no seu triunfo”. De acordo com esta publicação, “a luta” seria “longa e intensa”, já que não conseguiriam promover a eliminação, “sem um grande esforço de tenacidade e de perseverança” de “um organismo longamente amolecido por um

⁵⁵ A VOZ PÚBLICA. Porto, 2 dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

regime cesarista, todo repassado de oportunismos e de tergiversações”⁵⁶.

As folhas republicanas lusas empenharam-se em estabelecer um conflito discursivo com as publicações adversárias, buscando desmenti-las e deslegitimar seus discursos. Ainda antes do golpe, *A República* já atuava nessa direção, ao explicar que “qualquer sucesso ocorrido no Brasil”, mesmo que não pudesse ser considerado “uma anormalidade”, era “aproveitado na Europa pela especulação monárquica e pela cobiça dos banqueiros para propaganda de descrédito ou ao menos de uma falta de firmeza” daquela “República, ainda nascente, mas já consolidada”. A folha afirmava que a imprensa monárquica lusa era “hostil à República desde os primeiros dias da revolução”, por ela “ter destronado um príncipe da Casa de Bragança”, de maneira que, “com a sua propaganda de inquietações e desconfiança nas novas instituições do Brasil” pudesse “influir para que não seguisse o seu curso já poderoso o movimento republicano em Portugal”. Na versão do periódico, tal “campanha de descrédito” era “abominável” e dela poderiam “resultar danos enormes” aos portugueses que ali tinham interesses, além de ser inútil, pois não conseguiria “a monarquia em Portugal manter firme o seu trono” e “as ligações

⁵⁶ A IDEIA NOVA. Porto, 7 nov. 1891.

da República” destruiriam “todos os seus planos de descrédito e repressão do movimento republicano português”⁵⁷.

Em tal confronto discursivo também atuou *O Século*, chamando a atenção para as vantagens que estariam tirando das especulações em torno do fato, a imprensa e aqueles que pretendiam desenvolver “aventuras financeiras”. O jornal criticava também a “imprensa conservadora”, afirmando que as matérias divulgadas pela mesma, poderiam causar problemas nas relações luso-brasileiras. Desse modo, o periódico censurava a ação dos jornais que alardeavam a crise brasileira, defendendo que cuidados deveriam “ser tomados, para evitar-se “prejuízos às relações harmônicas com o Brasil”, ainda mais que, diante “dos prejuízos comerciais e cambiais” que ele pudesse sofrer, “os mais prejudicados” seriam os lusos, pois ficariam impedidas “as remessas de dinheiro daquele país”. A folha contradizia, assim, àqueles “desvairados que, só por ódio político ou espírito especulador”, estavam “movendo uma campanha desgraçada contra o Brasil”⁵⁸.

O recurso à denúncia era utilizado por *A Voz Pública*, segundo a qual era “conhecida de todos a campanha que, desde a fundação da República do

⁵⁷ A REPÚBLICA. Porto, 25 jan. 1891.

⁵⁸ O SÉCULO. Lisboa, 22 nov. 1891.; e 23 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

Brasil”, fora feita “na Europa contra a consolidação da ordem democrática naquele grande país”. Para o periódico, “a capital do reino português” fora “um dos mais ativos focos senão o mais importante da propaganda caluniosa contra os homens do novo regime brasileiro”, a qual se direcionou “desde o Presidente até o mais modesto cidadão aderente à nova ordem de coisas”, de modo que “tudo e todos foram miserrimamente maltratados por jornalistas sem consciência, sem patriotismo” e guiados “por maus instintos de assalariados”. Na opinião da folha, a jovem República era “um verdadeiro pesadelo para todos os monarquistas da Europa”, para os quais “uma coroa na livre América, ainda que de papelão dourado, era um notável exemplo de virtudes inerentes e exemplares posto ao serviço do regime monárquico europeu”. A publicação acreditava que a República no Brasil saberia reagir aos “manejos sebastianistas”, à “jogatina bolsista” e à “toda a imprensa ligada pelo cordão umbilical dos fundos secretos” que “cooperava no coro de um imenso clamor de infamíssimos despautérios”, mas sentenciava que não haveria como apagar o que elas escreveram e “a reprodução de todas essas infâmias” viria a ser julgada pelos governantes brasileiros⁵⁹.

⁵⁹ A VOZ PÚBLICA. Porto, 7 nov. 1891.; 17 nov. 1891.; e 4 dez. 1891.

A *Vanguarda* não ficava atrás e declarava que, “apesar do que os jornais monárquicos” escreviam “sobre o Brasil”, deveriam estar “certos os noveleiros e os intrigantes que a monarquia” fora “de vez banida da América do Sul”. Para este jornal, “o que a imprensa republicana e todos os jornalistas imparciais” deveriam fazer era “corrigir as falsidades, as verdadeiras heresias que as folhas monárquicas” vinham “publicando com o fim vilíssimo de desprestigiarem o ideal republicano”. A folha escolhia um ponto específico para debater, acusando que os jornais monarquistas especulavam “com as antigas tendências separatistas de alguns dos estados da nova República, e tão longe” levavam “os defensores da monarquia a sua má fé ou a sua ignorância”, que poderia parecer a quem estivesse “despreocupado ao ler”, que fora “sob o regime da democracia que no Brasil” surgira “o monstro do separatismo”. Para contradizer tal premissa, o periódico citava vários casos de revoltas separatistas ocorridas à época imperial, considerando que tal exposição seria “suficiente” para a verificação de que “a República não criara o movimento separatista a que, com requintada má fé, se aludia nas folhas monárquicas” e, “pelo contrário”, ela teria destruído “a centralização que esmagava e que tanto feria os interesses” de cada uma das unidades do país, dando-lhes “a liberdade e as garantias” conquistadas “pela constituição federal”.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

Nesse sentido, o jornal concluía que aquelas explicações bastavam “para mostrar que a República não criara nenhum fator novo de perturbação e antes eliminara muitos”⁶⁰.

Assim o periodismo republicano buscou transmitir aos leitores os acontecimentos no Brasil naquele final de 1891, intentando demonstrar que não havia uma crise grave e sim que os problemas deveriam ser considerados temporários ou comuns. A empreitada fundamental desses jornais foi evitar que a propaganda republicana que evoluíra desde 1889 sofresse percalços tendo em vista os obstáculos enfrentados na jovem República, que poderiam vir a desacreditar a pregação do republicanismo. Tendo em vista tal meta, as publicações republicanas tiveram de empreender um descomunal esforço para apoucar as grandes dificuldades que assolavam o Brasil, ou, pelo menos, transmutá-las em um fenômeno normal e passageiro característico de um regime em construção.

⁶⁰ A VANGUARDA. Lisboa, 15 nov. 1891.; e 20 nov. 1891.

O golpe de Estado e as reações que a ele se seguiram sob o prisma da imprensa rio-grandina: dois estudos de caso

Os episódios inseridos no contexto do golpe de Estado de 1891 geraram profunda discussão e denso conflito discursivo em meio aos periódicos que circulavam na cidade do Rio Grande. Nessa época, as práticas jornalísticas desenvolvidas na urbe portuária estavam à altura do periodismo praticado nas mais importantes localidades brasileiras. No seio do jornalismo rio-grandino, os periódicos de edição diária tiveram um representativo papel, mormente a partir da significativa longevidade que em geral atingiam. Nesse quadro, em meio à repressão governamental em prática desde os primórdios da República, a nova conjuntura de novembro de 1891 permitiu uma reabertura para a expressão política da imprensa, de modo que a repercussão dos acontecimentos de então encontrou significativo espaço nas edições diárias citadinas. Dentre elas, houve variados níveis de engajamento e, na forma de dois estudos de caso, este trabalho aborda a versão de uma publicação oposicionista, o *Eco do Sul*, e outra situacionista, o *Rio Grande do Sul*, diante dos acontecimentos de novembro de 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

A postura oposicionista: o *Eco do Sul*

Por ocasião dos episódios de 1891, o *Eco do Sul* já circulava na comuna portuária por mais de três décadas. A origem do periódico deu-se na localidade de Jaguarão, vindo a ser deslocado por motivos políticos para a cidade do Rio Grande, em outubro de 1858. Desde o início o periódico identificou-se com o Partido Conservador e, ao longo de sua jornada, chegou a atuar como órgão partidário em prol dos conservadores e promovendo ferrenhos ataques aos liberais. Com a República, o *Eco* aceitou a mudança da forma de governo para, em seguida, começar a contrapor-se ao autoritarismo governamental. Discordando do castilhismo, alinhou-se à dissidência republicana e firmou-se como jornal de oposição. Mais tarde, com a Revolução Federalista, venceu os preconceitos partidários anteriores e aliou-se aos federalistas, em postura que perdurou por décadas, atuando não só como oposicionista, mas também se colocando na resistência ao modelo castilhistaborgista. Adotando diferentes padrões editoriais, conseguiu sobreviver até 1934, passando a ostentar o título de decano do jornalismo rio-grandino⁶¹. Em 1891, foi o mais veemente adversário de Deodoro da

⁶¹ A respeito do *Eco do Sul*, observar: Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 271-363.

Fonseca e de Júlio de Castilhos, apoiando peremptoriamente o movimento revoltoso.

Nos primeiros informes acerca do golpe presidencial, o *Eco do Sul* publicava nota segundo a qual ficara “a cidade alarmada”, com a comunicação de que “o Presidente da República havia dissolvido o Congresso”, tratando-se de “notícias alarmantes”, uma vez que “o Presidente cometeu uma violência, desrespeitando disposições terminantes da lei fundamental”, de modo que “é a ditadura que se proclama de novo”⁶². Na edição seguinte, o jornal veiculava o editorial “Afronta à nação”, segundo o qual Deodoro acabara “de lançar um repto à nação”, visando a transformá-la “em serva submissa aos caprichos da mais ignominiosa prepotência”. Argumentava que, “por um ato despótico, igual ao do primeiro Pedro, Deodoro tranca o Congresso Nacional, colocando sentinelas às portas das duas casas legislativas”. Tal atitude era qualificada como “um golpe de Estado, uma afronta” e “uma provocação de requintada ousadia”. O *Eco* ainda divulgou uma nota dizendo que, frente à atitude autoritária do Presidente, o governante sul-riograndense, Júlio de Castilhos, limitara-se a dizer que, apesar do golpe, estava “tudo em paz”⁶³.

⁶² ECO DO SUL. Rio Grande, 5 nov. 1891.

⁶³ ECO DO SUL. Rio Grande, 6 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

Em seguida, o periódico rio-grandino apontava que o golpe de Estado contara com a reação negativa dos gaúchos, explicitando que tal “ato despoticamente provocador e insensato” pusera “em revolta todos os espíritos no Rio Grande do Sul”. A folha diária se dizia confiante “no revigoração dos brios nacionais, que começam a despertar-se, tendo por ponto de partida” o Estado sulino. Além disso, já identificava os inimigos a ser combatidos, de maneira que Deodoro era apontado com “a múmia deste regime abastardado pelos parasitas imperiais do porte do Barão de Lucena” e também “pelos falsos servidores do *castilhanismo*, cujo chefe recebe o santo e a senha daquele feroz reacionário de todos os tempos”. Nesse sentido, comentava que “a revolta operou-se na imprensa”, em meio a qual só permaneceriam “mudos, corridos na vilania do retraimento, os órgãos do apoio inconstitucional ao renegado que se apoderou do cargo que tanto deslustra”. Complementava ainda que, “com a imprensa está a parte sã da sociedade”, ou seja, “a maioria dos habitantes deste vasto território que luta pela reivindicação das suas glórias”, em uma “revolta” que contaria ainda com “o patriotismo que pulsa sob a farda” dos militares. Enfatizando sua intenção de associar Júlio de Castilhos ao Presidente da República, O *Eco* voltava a dizer que seria “necessário que o Rio Grande tenha em vista o caráter do instrumento do

Barão de Lucena, o bacharel *Castilho*", o qual estaria "de posse dos segredos da nova ditadura, tentando golpe igual ao que acaba de afrontar toda a nacionalidade e que nos desacredita perante os povos civilizados". Ao final, propunha que a imprensa permanecesse "unida na revolta", colaborando "na meritória obra da liberdade contra a mais opressora das tiranias"⁶⁴.

O olhar crítico à situação vigente permanecia em mais um artigo de fundo publicado pelo *Eco do Sul*, sob o título "Desonra ou separação?", no qual pregava abertamente a queda do governante gaúcho. Nessa linha, desafiante, questionava se o Rio Grande seria "tão indigno, covarde e desbriado, que não enxote do poder o representante genuíno do Barão de Lucena e um dos maiores traidores da República - o bacharel Júlio Prates *Castilho*". O líder republicano rio-grandense era ainda descrito como "instrumento torpíssimo da ditadura central" e portador "de uma alma ralada pelas paixões as mais repelentes". Afirmava também que os gaúchos tinham repelido "altivamente o privilégio odioso da constituição *castilhana*" e que, associado a Lucena, Castilhos, "desde muito, conspurca a santidade das tradições de 35". Demarcava ainda que eram "poucos os miseráveis que formam o corpo de janízaros do

⁶⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 7 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

castilhanismo", mas que seriam "mais miseráveis", aqueles "que entregarem pacientemente a nuca à canga desse poder truanesco, imoral e corrupto". Propunha uma reorganização da República Federal e a vitória do civismo, como alternativa à questão indicada no título da matéria. Em conclusão, havia uma retomada à desqualificação do principal adversário, com a constatação de que "o bacharel *Castilho* presta apoio à ilegalidade, ao arbítrio, à tirania", restando ao "Rio Grande expulsá-lo, se não preferir aviltar-se para sempre"⁶⁵.

A primeira referência do *Eco* ao movimento rebelde gaúcho deu-se por meio do editorial denominado de "Revolução", título justificado por ser tal palavra "a única que exprime o fato de 8 de novembro". Assim, definia como "uma revolução o movimento iniciado pelo elemento civil nesta cidade", ressaltando que se tratava de "uma revolução em nome da lei, do direito e da liberdade, conculcados despoticamente pelo general Deodoro no centro e pelo bacharel Júlio *Castilho* no Rio Grande do Sul". Tais indivíduos eram considerados como "criminosos de alta traição", pois, aquele rasgara "com mão criminosa o pacto fundamental da República", enquanto este prestara "obediência ao poder despótico", com base "na esperança de alçar entre nós um governo de

⁶⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 8 nov. 1891.

opressão, apoiado nas baionetas da guarda pretoriana organizada a custa do suor dos contribuintes”. A folha ainda denunciava as atitudes autoritárias dos governantes na esfera federal e estadual, frente às quais “o Rio Grande, Pelotas, Bagé, Jaguarão, Santa Vitória” e “outras cidades da fronteira agitam-se em obediência à lei que o Presidente da República desprezou para tomar de assalto o resto dos dinheiros públicos”. Diante disso, dizia que estava “instituída a revolução”, a qual teria tomado as providências necessárias e contado com o apoio popular. Prevvia desse modo que o Estado não tardaria “a ver-se livre da ignomínia do governo *castilhano*”, uma vez que os revolucionários operavam “contra o traidor dos princípios republicanos e ele há de cair, esmagado pela maldição popular”⁶⁶.

Reforçando a abordagem acerca do movimento de 8 de novembro, o jornal apresentou o artigo “Tudo pela pátria”, enfatizando o apoio da população aos atos de rebeldia. Nessa linha, afirmava que “a revolução gloriosa que teve início nesta cidade é toda popular”, tendo “por base a ordem” e encaminhando-se “ao progresso definitivo da pátria”. Ressaltava que era “certo que a força armada a apoia”, sem lhe imprimir “o caráter de militarismo”, já que “as classes civis estão colaborando ativamente na grandiosa obra,

⁶⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 10 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

que marca a época da reivindicação do nome rio-grandense”. Dizia que os rebeldes estavam “dominados por um único pensamento”, que seria “a felicidade do Brasil”, permanecendo “unidos pela concentração de todos os esforços em prol do bem comum”, de maneira que, “os patriotas que movimentaram a Revolução de 8 de novembro” estaria apenas a consultar “os sentimentos afetivos, procurando todos os meios de solver os compromissos de honra em que estão empenhados”⁶⁷.

De acordo com o *Eco*, representantes dos países estrangeiros haviam considerado correto o procedimento rebelde, que se colocara como “sentinela, guardando o templo da lei”, sem aceitar o golpe presidencial. Considerava assim que, caso não tivesse se revoltado, “o povo” deixaria de oferecer “a todo o mundo civilizado a manifestação da mais indigna covardia, perdendo o direito a ser considerado como um povo livre” e “eterna seria a nódoa do aviltamento nacional”. Apontava ainda que fora inaceitável o “golpe de Estado do Napoleão caricato” e mais ainda observar Júlio de Castilhos “colaborando ao lado do ditador central, tentando encaminhar a terra de Bento Gonçalves ao precipício da desonra a mais ignominiosa”. Diante disso, destacava que o povo “reagiu, correndo pressuroso à

⁶⁷ ECO DO SUL. Rio Grande, 11 nov. 1891.

praça pública, concitando os militares abnegados a amparar a reivindicação das liberdades públicas”, vindo a unificar “a ação cívica” e “pondo em cerco o agente miserável do Barão de Lucena”. Realçava que “tudo pela pátria” fora “a divisa dos combatentes nas avançadas”, já que “a pátria estava em perigo” e que tal flama não poderia se apagar, permanecendo a marcha dos “batalhões patrióticos” até a derrocada final de Castilhos⁶⁸.

Na concepção da folha diária rio-grandina era relevante esclarecer a população quanto aos “Intuitos da revolução”, título de mais uma de suas matérias. Primeiramente, demarcava que não fora apenas “uma sedição militar”, pois também emergira no seio “das classes civis, impulsionadas pelo brado uníssono da imprensa”, a qual convocara “a reunião popular”, de que fora intérprete, “em perfeito acordo de vistas com todos os jornalistas”. Garantia que a revolução conservava “o mesmo caráter”, com o qual prosseguiria, “amparada pelas espadas e pelos brios dos servidores da pátria”, daqueles “que maior soma de compromissos assumiram na mudança da forma de governo”. Demarcava que “o objetivo da revolução é derrubar o ditador central”, pois “o Brasil não admite déspotas, por mais audaciosos que eles sejam”, demonstrando também a contrariedade para com o

⁶⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 11 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

“bacharel *Castilho*”, qualificado como “o baluarte da tirania” e “incompatível com o civismo do povo rio-grandense”, devendo o mesmo ser arrancado “da posição que não tem sabido honrar”. Conclusivamente, apontava que “todo o povo do Rio Grande está empenhado nessa luta grandiosa”, que seria mantida “até que o Brasil se liberte da ditadura”, mantendo assim “redivivas as glórias de 35”⁶⁹.

Os informes telegráficos viriam a noticiar a queda de Júlio de Castilhos, oportunidade em que “os libertadores da pátria depuseram o déspota-mirim”⁷⁰. Em breve e incisiva nota, a redação declarava que, “sobre a sepultura que encerra os últimos despojos morais do bacharel Júlio *Castilho*”, ficaria inscrita a “palavra – paz”⁷¹. O segundo aniversário da forma de governo republicana foi lembrado no editorial “O dia”, que anunciava a data como “o grande dia de festa nacional”, mas que, naquele ano de 1891, ele aparecia “com a fisionomia velada pela tristeza sombria, com os olhos úmidos de lágrimas”. Justificava tal apreciação pelo fato do 15 de Novembro chegar “no meio das tempestades da pátria, entre os heroísmos do brio nacional” e a “ditadura covarde”, sendo por isso “que o grande dia vem triste” e “a alma

⁶⁹ ECO DO SUL. Rio Grande, 12 nov. 1891.

⁷⁰ ECO DO SUL. Rio Grande, 12 nov. 1891.

⁷¹ ECO DO SUL. Rio Grande, 13 nov. 1891.

do país desabrocha nessas convulsões medonhas da luta pela liberdade, que foi conspurcada” e “esmagada pelo tirano”. Considerava que “a luta” dos rebeldes era “nobre, santa, pelo futuro” e motivada por “honra, direito e razão”, de forma que aquele novo 15 de Novembro viria a garantir que “o futuro não é dos tiranos” e que “os povos” não “sabem entronizar a força” e a revolução que “explodiu” ia em direção “à grandeza e a ao porvir”⁷².

Prevendo a derrocada do Presidente da República, o periódico publicou “Pródromos da queda”, no qual explicitava que “o patriótico movimento revolucionário , que se operou nesta cidade a 8 do corrente”, o qual, “como uma corrente elétrica, comunicou-se às localidades de todo o Estado”, ia “produzindo o efeito que era de se esperar”, ao despertar “o mais férvido entusiasmo” a partir do qual “em quatro dias, trinta mil rio-grandenses correram às armas, para, unidos ao Exército e à Armada, vingarem a afronta atirada à face do país”. Nessa linha, diagnosticava que “o arvorado ditador já começa a sentir os efeitos de seu ato de desvairada tirania”, diante do “heroico e decisivo” feito dos gaúchos, que não aceitariam “ver arvorar-se no seio da pátria um governo de tirania”. Na mesma linha, o artigo “Receios...” asseverava que “vacila a

⁷² ECO DO SUL. Rio Grande, 15 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

tiranía”, pois, “na consciência do homem que afrontou o direito à nação começa a entrar o medo, a covardia miserável que há de agitar sempre a todo aquele que esmagou a liberdade”. Conjeturava que “o ditador não terá por certo a tranquilidade precisa para encarar essa revolução digníssima do povo”, que haveria “de prosseguir vitoriosa”, vindo a “vitoriosamente conquistar os tributos imortais da história”⁷³.

As críticas ao “ato prepotente do marechal Deodoro” foram retomadas em “A revolução e os Estados”, que acusava o Presidente de plantar “o abominável regime da ditadura”, despertando “a indignação dos brasileiros patriotas”. Nesse sentido argumentava que, “plantada a mais desvairada das ditaduras”, coube ao Rio Grande do Sul, “que guarda, como relíquia sacratíssima, as gloriosas tradições de 1835, a arrojada missão de romper os elos das cadeias com que o déspota quer manietar o povo brasileiro”. Diante disso, destacava que “o passo está dado” e “a revolução nesta terra de herois caminha vitoriosa”, ao lado de outros Estados, que “vieram comungar nesta luta, para fazer baquear o tirano”. O artigo concluía que não havia “coração brasileiro que possa manter-se frio, indiferente ante o tremendo golpe desferido pelo ditador na soberania nacional”, já que “a todos brasileiros o ditador atirou a tremenda afronta”,

⁷³ ECO DO SUL. Rio Grande, 17 nov. 1891.

cumprindo ao mesmos, “unidos, solidários, repelir” tal ultraje “e reconquistar a liberdade”⁷⁴.

“Condenada!” era o título de outro editorial que rememorava os atos do “governo despótico” de Deodoro, o qual estaria a baquear, já que, “no memorável dia 8 do corrente, os rio-grandenses”, junto das “guarnições militares”, levantarm “o brado da revolta” contra as “muralhas da ditadura”. Considerava que com os revoltosos estavam “o direito e a razão”, pois lutavam “para fazer manter ileso o pacto fundamental, que o Presidente acaba de despedaçar com mão sacrílega”. Para arrematar, apontava que “a vitória é infalível”, não havendo dúvidas de que “a ditadura está condenada”⁷⁵. No mesmo sentido, a folha destacava que “o governo tem sido de um absolutismo sem limites”, sendo, “ostentadamente um governo de tirania”, ficando a “pátria sopeada à vontade de uma ditadura desorientada e cruel”. Frente a isso, apontava que “a revolução se levanta pujante, invencível, para exterminar o ominoso governo Deodoro”⁷⁶.

A temática da derrocada governista era mais uma vez abordada em “Nós e os outros Estados”, no qual o periódico lembrava que “o Rio Grande do Sul

⁷⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 18 nov. 1891.

⁷⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 19 nov. 1891.

⁷⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 20 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

foi o primeiro a dar o grito de alarma, e a tomar posição na linha de combate contra o ominoso governo”, permanecendo “em campo”, como um “exército da liberdade, que há de abater a tirania”. Levando em conta tal premissa, o jornal defendia que cumpria aos “outros Estados” secundarem “a nossa patriótica revolução”, de modo a que, “unidos”, viessem, “com o mesmo ardor patriótico, derrocar essa odienta ditadura”, sacudindo “o jugo dos opressores”, em um quadro pelo qual, “a ditadura encontrará tenaz, invencível resistência”. O artigo “Ainda” ia no mesmo sentido, já que, segundo ele, era “uma consequência fatal do evoluir progressivo das ambições dos povos” a “condenação à violência” e “à brutalidade dos governos autocratas”. Previa, desse modo, que “a multidão que tem soberanias luminosas quando é preciso defender a liberdade”, não viria a recuar “na campanha que levantou” e não seria detida “enquanto a tirania não rolar morta, moral ou fisicamente”⁷⁷.

A queda de Deodoro foi motivo de júbilo por parte do *Eco do Sul*, ao considerar que a República cimentara “as bases da sua grandeza moral a 8 de novembro de 1891”. Considerava que a partir de tal data, o país dera “ao mundo maravilhado a prova do maior civismo, abatendo a tirania irresponsavelmente

⁷⁷ ECO DO SUL. Rio Grande, 22 nov. 1891.

representada pelo general Manoel Deodoro da Fonseca”. Além disso, defendia que “o Rio Grande estava convulsionado de norte a sul, tendo por objetivo a extinção radical do *castilhanismo*”, que seria “o prolongamento do governo de aviltamentos e misérias que tinha por diretor espiritual o reacionário Barão de Lucena”. Dizia que “a queda de Júlio *Castilho* impunha-se como uma necessidade nacional, porque esse homem nada mais significa do que a afirmação vergonhosa do deturpamento da República”. Além disso, demarcava que ao Rio Grande coubera “a glória suprema de haver oferecido o exemplo para a reivindicação dos brios aviltados, inscrevendo os nomes de mil batalhadores na história”. Evidenciava ainda que da “pacata cidade” do Rio Grande “partiu o brado da revolta, e, dois dias depois, todo o sul estava em armas e de posse da direção para os combates pela liberdade da pátria”. Narrava que, primeiro, “rendeuse o bacharel *Castilho*, instrumento miserável dos agentes do despotismo”, para depois cair Deodoro, com a “confissão tristíssima” da sua “irresponsabilidade mental”. Ao final, destacava que “a nação entrou afinal na posse de si mesma” e que, “por meio de uma eleição libérrima havemos de reorganizar definitivamente a pátria rediviva”⁷⁸.

⁷⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 27 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

Apesar da queda do regime castilhistas, o líder republicano Júlio de Castilhos permanecia como alvo do *Eco*, que rebatia as apreciações do chefe político sobre a nova situação vigente. Nesse sentido, qualificava “as derradeiras manifestações do preposto da ditadura lucenista”, como demonstração de “desequilíbrio mental e perversidade a mais odienta”. Considerava que os dizeres da “ignominia do *castilhanismo* enxotado da direção do Rio Grande” seriam “a prova patente de que o ex-ditador-mirim nunca foi impulsionado pelo dever de servir à causa pública”. Nesse sentido, denunciava que “o que ele queria era conservar o mando, como instrumento ignóbil da aviltante tirania central”. A Castilhos era imputado um espírito antirrevolucionário em relação ao movimento de 8 de novembro, no momento em que recomendou “aos serviços da ditadura que acumulassem elementos de resistência contra a revolução”, além de ter lançado “uma afronta ao Rio Grande, cuspinhando injúrias contra a revolução”⁷⁹.

O diário rio-grandino reforçava a perspectiva de que a mobilização em torno da Revolução de 8 de novembro também fora “contrária ao governo do *castilhanismo*”, apontando que ela constituía um movimento contra o autoritarismo, que teria feito “esquecer o partidarismo”, pois “o dever pela

⁷⁹ ECO DO SUL. Rio Grande, 28 nov. 1891.

salvação da honra do Rio Grande falava mais alto do que as preocupações inferiores”. Garantia que até mesmo “a imprensa esqueceu rancores e prevenções, tornando-se colaboradora patriótica do belo feito de 8 de novembro”⁸⁰. A partir de tal perspectiva, o ato rebelde era caracterizado como prenhe em “energia, abnegação e heroísmo”, que teriam entrado no “coração brasileiro”, ao passo que “a oposição rompia grandiosa” e “a revolução passava a ser a causa de todos os dignos, sem ser a política miserável dos indignos”⁸¹.

No início de dezembro, o *Eco do Sul* apresentava um editorial no qual fazia uma síntese de seu pensamento acerca do movimento ocorrido a “8 de novembro de 91”:

Esta data, toda de glórias para o Rio Grande do Sul, deve ficar registrada como o ponto de partida da cruzada libertadora finda em 23 do mesmo mês.

Uma verdade é necessária afirmar:

O Estado do Rio Grande achava-se preparado para a luta, fomentada pelo partido republicano federal e tendo em vista o aniquilamento do bando dirigido pelo bacharel *Castilho*, o Presidente enxotado do alto posto que tanto desonrou; mas, devemos dizê-lo também, os intuítos do movimento, tendo por base a

⁸⁰ ECO DO SUL. Rio Grande, 29 nov. 1891.

⁸¹ ECO DO SUL. Rio Grande, 1º dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

opinião, não parariam aí, pois era preciso derrubar o general Deodoro, que governava irresponsavelmente, fraudando o pacto fundamental e entregando o país à imoralidade das camarilhas.

O golpe de Estado apressou o desfecho e com a vantagem de colocar a força armada em posição hostil a esse ato, pois a ela compete manter integral a legalidade, o direito expresso na Constituição, a soberania das liberdades populares.

É possível que alguns políticos se contentassem com a revolta que simplesmente depusesse o bacharel *Castilho*; nós, porém, visávamos a ideal mais elevado e, nas páginas desta folha, estão registradas as nossas afirmações categóricas.

Assim impulsionados, concitamos a imprensa a iniciar a reação com o objetivo por nós determinado.

O efeito moral está patente – escusamos demonstrá-lo.

Inspirados no mesmo pensamento, aqui sugerimos a ideia de perpetuar o nobre feito de um modo soleníssimo:

A imprensa deve colaborar eficazmente para que a população do Rio Grande mande cunhar medalhas comemorativas da revolução, a fim de que as forças desta guarnição (...) possuam ao menos uma lembrança da cidade iniciadora da grandiosa epopeia cívica.

As outras cidades que façam o mesmo, se não encontrarem outro meio de glorificar os ilustres militares que trabalharam pela libertação da pátria.

Dirigindo-nos aos nossos concidadãos, a todos os moradores do Rio Grande, esperamos o concurso necessário para converter em realidade a homenagem devida aos heroicos soldados da Revolução de 8 de novembro de 1891.⁸²

No artigo “Revolução de 8 de novembro”, o periódico retomava os episódios que marcaram o movimento, mormente sob o prisma dos militares que dele participaram, estabelecendo “uma reação armada para a precisa defesa da soberania, conculcada pelo Presidente da República”. Segundo a narração, os atos “desses beneméritos” ficariam registrados “na história dos fatos revolucionários”, ao tomarem “uma atitude condigna com os interesses da pátria, aviltada por um governo que se fizera indigno dela”⁸³. O periódico ainda publicou matéria que pregava a continuidade do movimento, com a argumentação de que “ainda não parou a revolução” e “ainda não podem descansar os heroísmos do povo, nem ainda podem se calar as manifestações da nossa altivez”. De acordo com tal concepção, pregava que todos tinham de “lutar muito ainda, sem quebrantos na energia, sem desfalecimentos na vontade”⁸⁴.

Ao longo de dezembro de 1891, o *Eco do Sul* trouxe várias transcrições do jornalismo dissidente,

⁸² ECO DO SUL. Rio Grande, 3 dez. 1891.

⁸³ ECO DO SUL. Rio Grande, 8 dez. 1891.

⁸⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 11 dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

assim como estabeleceu controvérsias em relação à imprensa castilhista. No editorial “O *castilhanismo*”, a publicação permanecia no combate a Júlio de Castilhos, demarcando que tal político “tudo envidou para sufocar o glorioso movimento revolucionário que o obrigou à deposição, terminando por abater a ditadura retrógrada central”. Argumentava que, apesar da necessidade do “esquecimento de lutas que foram tempestuosas”, não seria “possível guardar silêncio diante das manifestações de calculado egoísmo”, de parte dos castilhistas, que estariam a representar “um poder que envidava o maior esforço para sufocar a liberdade no Rio Grande do Sul”. Em conclusão, era dito que “o *castilhanismo*, que é uma história de tristezas e vergonhas, conspira ainda”, sendo “preciso não deixá-lo a gosto nas suas explorações criminosas”⁸⁵.

Sob o título “O nosso ideal”, o artigo de fundo refletia sobre a perspectiva de que eram “várias as opiniões sobre o glorioso movimento que teve início a 8 de novembro, nesta cidade”, do qual resultara a queda de Deodoro da Fonseca. A referência se direcionava à “especulação partidária, manejada pelos poucos que estão ainda ao serviço das preocupações subalternas do *castilhanismo*”, que tentava, “por todos os modos”, emprestar “intuitos diversos daqueles que

⁸⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 12 dez. 1891.

nos levaram a uma propaganda tenaz". Defendia que a revolta procurara "combater com maior esforço a má organização do Rio Grande, até que fosse aniquilado o poderio funesto do *castilhanismo*", fazendo "mais facilmente brotar a reivindicação de tradições, revolucionárias, é certo, mas que obedeceram a intuítos elevados". Diante disso, se propunha a permanecer "na brecha contra a malta do *castilhanismo*" e seu "chefe alucinado", derrubados a partir da "grandeza moral da revolução"⁸⁶. Mais adiante, a folha rio-grandina ressaltava ter em seus quadros nomes marcados pelo "registro patriótico dos melhores serviços à revolução", com participação ativa nos "últimos acontecimentos da gloriosa terra rio-grandense". Manifestava o compromisso de seus articuladores, ao integrarem a "patriótica campanha contra a tirania, cercando este órgão de publicidade do maior prestígio, nos momentos de mais amarga provança"⁸⁷.

Assim, as páginas do *Eco do Sul* acerca do golpe de Estado e da revolta de novembro de 1891 refletiram sua postura desde a transição política ocorrida dois anos antes. Organizando seu discurso de acorco com as regras do jogo entre os partidos imperiais, em que as figuras do aliado e do adversário eram

⁸⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 13 dez. 1891.

⁸⁷ ECO DO SUL. Rio Grande, 18 dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

respectivamente representadas por conservadores e liberais, o jornal teria na modificação da forma de governo um fator de ruptura de sua construção discursiva, passando a buscar uma constante adaptação ao novo cenário político-partidário, embora mantivesse o partidarismo como norte editorial. Ainda nos primeiros meses da República, o diário apoiou a nova situação, para em seguida romper com os governantes republicanos e suas práticas autoritárias. Assumia dessa maneira uma posição abertamente oposicionista, notadamente quanto aos sectários de Júlio de Castilhos, associando-se aos dissidentes republicanos⁸⁸. Com o golpe, o *Eco* atacou ferrenhamente não só a Deodoro da Fonseca, como a Castilhos, buscando associar este aos atos daquele. O periódico não poupava os castilhistas, chegando a utilizar-se da ironia e do escárnio, como no uso das expressões *Castilho*, retirando o “s” final do sobrenome do líder republicano, bem como ao se referir a tal grupo como *castilhano* ou *castilhanismo*, intentando associar tal movimento aos estrangeiros platinos, conhecidos como castelhanos, que seriam contratados como mercenários pelo castilhismo. Nesse quadro, o *Eco do Sul* ficou exultante com a queda de Deodoro e Castilhos, mostrando-se um entusiasta e

⁸⁸ ALVES, 2002, p. 362-363.

apoiador de primeira hora da Revolução de 8 de novembro.

A perspectiva situacionista: o *Rio Grande do Sul*

Em novembro de 1891, o *Rio Grande do Sul* era a mais jovem publicação diária rio-grandina, pois começara a circular em junho de tal ano. Propunha-se a “trabalhar pelo progresso material e moral do Estado” e considerava-se “livre da política” e afastado do “feroz partidarismo”, que “desconhece honra, brio, honestidade e sinceridade”. Em linhas gerais, dizia defender “a luta pelo progresso” e atuar “em prol da liberdade” e “da instrução”⁸⁹. Apesar dessa proposta supostamente apolítica e apartidária, o jornal viria a se colocar na arena do combate político, tornando-se o precursor na cidade do Rio Grande na defesa do castilhismo, permanecendo com tal postura, até o seu desaparecimento, em 1897⁹⁰. A partir de tal filiação, o periódico viria a inaugurar a tradição da existência de representantes da imprensa de cunho castilhista na urbe portuária. Tendo em vista suas convicções partidárias, o *Rio Grande do Sul* teve certo constrangimento ao tratar da revolta de 8 de

⁸⁹ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 1º jun. 1891.

⁹⁰ No que tange ao *Rio Grande do Sul*, ver: OLIVEIRA, Marcelo França de. *Uma história da Revolução Federalista: o confronto discursivo dos jornais Rio Grande do Sul e Eco do Sul (1891-1895)*. Pelotas: UFPEL, 2023. p. 65-179 (Tese de Doutorado).

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

novembro, sem poder deixar de apoiá-la, mas centrando as críticas em Deodoro da Fonseca, que aparecia como a figura do adversário, evitando, dentro do possível, referir-se ao aliado e chefe da grei político-partidária defendida pela publicação, Júlio de Castilhos.

A dissolução do Congresso por parte de Deodoro da Fonseca foi comentada pelo *Rio Grande do Sul* por meio do artigo “A situação”, segundo o qual o ato presidencial equivalera a “rasgar a Constituição, que se não é ideal, é uma das mais liberais que há no mundo, o que representa já muito”. Demarcava que o marechal, “obedecendo talvez a mais pérfida das insinuações, acaba de fazer evaporar toda a sua glória”. Previa que “esse ato pode ser o início de grandes calamidades para a pátria”, sendo “a guerra civil seu corolário”, uma vez que, “rota a Constituição”, o país voltaria “à ditadura que, em sua reprise”, constituiria “uma imitação” dos acontecimentos recentes da América Latina. Nessa linha, considerava que “o futuro da pátria mostra-se cheio de negras e condensadas nuvens”, vindo a desejar que “o patriotismo” pudesse “desviar a tempestade que parece prestes a desabar”⁹¹.

De acordo com o periódico, o Congresso fora reduzido “a nada”, a partir da atitude do Presidente,

⁹¹ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 5 nov. 1891.

ficando “o povo ferido no mais sagrado dos seus direitos – na soberania”. Denunciava que “o marechal Deodoro e o Barão Henrique de Lucena acabam de desafiar a nação”, e “os resultados desse ato, que foi unanimemente recebido com indignação, não tardarão em se fazer sentir”. Antevia assim “tristes dias para a pátria, que desejamos feliz e próspera”, vindo a descer “de degrau em degrau, rolando a um abismo, cujo fundo não é mensurável”. Considerava que “não é essa a República que nós sonhávamos e pregávamos”, além de apontar que “não podia despertar maior e mais geral oposição o ato do Presidente da República”, que calcara “aos pés a Constituição, não recuando nem mesmo ante o horrível espetáculo de uma guerra civil”. Em contrapartida, saudava que, “felizmente, vai por toda a parte despertando o mesmo eco de condenação o ato prepotente e impensado do governo”, expressando a fé de “que todos os brasileiros livres da compreensão do exorbitante poder do centro”, viriam a levantar “unânime protesto ao que acaba de suceder”⁹². Por meio dos editoriais intitulados “Paralelos históricos”, o jornal comparava as atitudes de Deodoro da Fonseca, com a de outros homens públicos latino-americanos, como no caso no Chile⁹³ e na Argentina, utilizando-se de tais exemplos para mais uma vez

⁹² RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 6 nov. 1891.

⁹³ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 7 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

buscar deslegitimar as ações do Presidente brasileiro, considerando que ele seria “severamente julgado pela história”⁹⁴.

Realizado o movimento rebelde, o *Rio Grande do Sul* descrevia que fora convidado para, “junto com os outros órgãos da imprensa, convocarmos o povo a uma reunião com o fim de ouvir do mesmo a sua opinião sobre o ato do marechal Deodoro”. Frente aos acontecimentos, a folha salientava, “com imenso prazer, a ordem, a calma e a moderação que presidiram a todos os atos”, permanecendo “a paz inalterável”. Considerava que o Rio Grande do Sul pusera-se “à frente do protesto que há de ser geral em todos os Estados”, vindo a “desarmar a ousadia das foças do marechal Deodoro”. Especificava que o Estado mais meridional do país teria colocado “mais uma vez em evidência o seu civismo, sua coragem, a sua independência e a sua dignidade”. Apresentando as reações em outras localidades gaúchas, o diário observava a ampla “condenação do ato despótico do generalíssimo Deodoro”. Frente a isso, manifestava a esperança de que o mesmo ocorresse em outros Estados, de modo que assim ficaria riscada “a probabilidade de uma guerra civil”, pois “os sectários do marechal, vendo o geral pronunciamento do povo brasileiro, perderiam prontamente todo o ímpeto para

⁹⁴ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 8 nov. 1891.

uma luta em que cedo encontrariam a perda completa”⁹⁵.

A referência ao governante gaúcho diante dos atos rebeldes viria a se dar no editorial “Homens que sobem, homens que descem”. Na concepção do periódico, Júlio de Castilhos perdera “a melhor das oportunidades para firmar no coração deste libérrimo povo, a sua independência de caráter, a pureza das suas convicções republicanas” e “a inteireza da sua lealdade de batalhador pela vitória da República”. Ainda assim, a folha não se colocava entre aqueles que acusavam Castilhos “acrememente pelo fato de não se declarar pelo povo que, auxiliado por militares patriotas, levanta-se armado contra o prepotente ato do marechal Deodoro”. A redação do diário se colocava na condição de “amigo pessoal de Júlio de Castilhos”, de modo que não poderia “acusá-lo veementemente”, como fizeram “algumas pessoas”, mas lamentava que “ele não tivesse tido a boa inspiração de, sem demora, colocar-se ao lado do povo”. Garantia que não viria a acompanhar a “acusação violenta”, por acreditar que Castilhos, para acompanhar Deodoro, fizera “o sacrifício das suas convicções”, por “lealdade” ao Presidente. Em relação a esse suposto “dilema”, a publicação considerava que “um erro é sempre desculpável ao homem”,

⁹⁵ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 10 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

imaginando que ele viria a “descer do poder” por vontade própria, vindo a finalmente lamentar “a penosa situação em que se colocou o Dr. Castilhos”⁹⁶.

Em coluna encimada pelo título “Sem notícias”, o jornal contava os dias desde que “o marechal deu o fatal golpe de Estado que repentinamente colocou o país na dúvida e perigosa situação em que se acha”, sem que houvesse informes da capital federal, a partir do abafamento do telégrafo promovido “pelo exorbitante poder do centro”, que colocava a todos “sob o peso de apreensões emanadas da terrível dúvida”. Dizia que “ainda por alguns dias poderá o marechal Deodoro conter a voz do povo brasileiro” e, como um “governo antipatriótico e inepto, abater pelo terror os que contêm em seus peitos os protestos indignados”. Entretanto, afiançava sua confiança “na santa causa da revolução que aqui rebentou com invencível força”, esperando que “cedo irrompa do seio dos outros Estados alentados veios da torrente revolucionária que aqui nasceu e que dia a dia vai adiantando seus passos”. Nessa linha, tinha a expectativa de que chegaria às outras unidades da federação “a notícia de que o Rio Grande do Sul, lembrando os tempos de 35, levantou-se armado e decidido contra o abuso do poder cometido pelo marechal Deodoro”. Prognosticava que quando isso

⁹⁶ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 11 nov. 1891.

ocorresse, estaria “ganha a causa da revolução” e isso bastaria “para que do alto do poder role exausto o despótico ditador”⁹⁷.

Com certo alívio, o *Rio Grande do Sul* publicava o artigo denominado “Graças!”, no qual dizia confirmar seu pronunciamento anterior, no qual garantia que não teria “motivo para acusar” Júlio de Castilhos de pretender “permanecer no poder”, apontando para uma hipotética renúncia. Afirmava ter a convicção de que o chefe republicano “só esperava a manifestação franca e leal do povo para, em suas mãos, depor o mandato de que se achava possuído”. Para a folha seria “certo que jamais ele se prestaria ao ato iníquo e antipatriótico do derramamento do sangue rio-grandense” e confirmava não ter havido enganos de sua parte, pois suas “suposições” estavam “realizadas”, com a confirmação de que, com o “pronunciamento do povo”, o governante “destituiu-se do poder, entregando-o a quem o havia confiado”. Diante disso, apontava que estava “o Rio Grande de parabéns”, tendo o ato do político honrado “a esta terra de heróis, cujo civismo nunca inspirou dúvidas, cujas tradições conservam-se indeléveis no peito valoroso de seus filhos”⁹⁸.

⁹⁷ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 12 nov. 1891.

⁹⁸ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 13 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

O periódico trouxe transcrições acerca da queda de Júlio de Castilhos e demarcou que, a partir de tal “retirada, a população voltou um pouco ao seu sossego habitual”. Mas ressaltava que, “com o decorrer dos dias, vai de novo acendendo-se no ânimo das famílias um temor progressivo, emanado da dúvida” acerca “da atitude que assumirá Deodoro e suas forças diante da posição que tomou o Rio Grande do Sul”. Comentava que “esse mal-estar” seria agravado por “boatos mentirosos, que não têm outro efeito se não espalhar o desânimo”. Com expectativa positiva, o jornal não acreditava em uma retaliação do Presidente ao Estado sulino, propondo que se espantasse “para longe os temores”, já que “a vitória da reação contra o poder exorbitante é inevitável e está próxima”. Manifestava a esperança de que a “indecisão, dubiedade e falta de confiança em suas próprias forças” dos outros Estados viriam a ceder lugar à “resolução irrevogável” da “luta contra o homem que se lembrou de escravizar pelo terror a opinião nacional”⁹⁹.

A previsão da queda do Presidente seria retomada no artigo “O começo do fim”, ao apontar que “o marechal Deodoro começa a presenciar os efeitos que o seu audacioso e imprudente ato provocou”. Segundo o jornal, “o ditador arrojado, que

⁹⁹ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 15 nov. 1891.

por um momento julgou-se possuidor de forças capazes de abater pelo terror a opinião nacional”, passara a fazer-se prisioneiro “do receio e da desorientação”. Buscava comprovar sua tese a partir da suposta intenção do governante em solicitar ao Uruguai permissão para a passagem de tropas destinadas a atacar o conflagrado Rio Grande do Sul. Diante disso, considerava ser “lamentável ver-se um homem que um dia tomou as gigantescas proporções de um salvador da sua pátria”, encaminhar-se, “de erro em erro até chegar a cometer a maior das arbitrariedades, rasgando a constituição” e “dissolvendo o Congresso que representava o fiscal do povo perante os seus atos”. Considerava que o Presidente era “o único responsável pelo que sucede no país”, desejando que “o exemplo fique bem gravado nas páginas da história da República”¹⁰⁰.

A valorização do movimento de novembro de 1891 voltou à baila na matéria “A força da união”, na qual retomava a crítica ao “ato iníquo e prepotente do marechal Deodoro”, que teria ferido “os brios deste povo legendário, respeitador da lei, mas cioso dos seus direitos”. Nessa linha, destacava que os rio-grandenses, na função de “sentinela na fronteira”, haviam “derramado o seu precioso sangue” pelo país e, como “filhos dos indômitos guerreiros de 35”, não

¹⁰⁰ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 17 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

aceitariam “que os destinos da pátria brasileira estivessem à mercê da vontade despótica de um homem”. Também enfatizava que, a partir da revolta, “os brios do Rio Grande do Sul estão ressalvados”, pois a sua “causa é justa, patriótica e digna de todos os brasileiros”. Acerca da revolução asseverava que “não é um partido que se levanta em demanda do poder”, nem mesmo “a ambição de mando que se manifesta ante as lutas do partidarismo”, tratando-se, isto sim, “de uma causa comum que reclama o auxílio da integridade nacional”. Explicava que “o Rio Grande do Sul, como um só homem, revolta-se contra o despotismo do centro”, constituindo “a opinião unânime de um Estado que se manifesta contrário ao ato iníquo do delegado da União”, esperando “que a reação seja unânime, a fim de que não fique implantada no território nacional a semente do absolutismo”¹⁰¹.

Ressaltando as ações do ministro Barão de Lucena, o periódico demarcava que tal político sentiria os efeitos da revolta, uma vez que “o Rio Grande quer e exige que se respeite a lei, que haja ordem, sem o que não pode haver paz”. Confirmava que o Estado sulino “não se sujeita à vontade prepotente de ditadores que governam sem lei e são guiados pelo arbítrio e pela prepotência”. No artigo

¹⁰¹ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 18 nov. 1891.

“Ainda a ditadura” o jornal destacava que os malefícios governamentais não se direcionaram apenas ao campo político, afirmando que teriam sido “incalculáveis os prejuízos ao comércio que causou o irrefletido passo dado pelo Sr. Deodoro”. Acusava que “a navegação está cerceada, a moeda papel desvalorizada, as transações quase suspensas, os capitais retraídos e o crédito abalado”. Diante disso, propunha a mobilização de todos os Estados, que precisariam lançar “pelo menos um protesto público, enérgico e significativo” contra a situação vigente¹⁰². Sob o título “Reflitamos”, reforçava que eram “inúmeros os males que à pátria podem advir do ato irrefletido do marechal Deodoro”, com “despesas colossais” e “o comércio paralisado”. A tais prejuízos eram acrescentados os gastos com o aparelhamento das forças armadas, destinado a “comprar instrumentos que exterminem o patriótico povo rio-grandense”, o que poderia estender-se ao “extermínio dos filhos de outros Estados”¹⁰³.

Ainda enfatizando o papel do Rio Grande do Sul na reação ao “despostismo” de Deodoro, a folha defendia que “um povo livre, que pensa, que reflexiona, identificado com a liberdade, sente-se ferido em seus brios quanto vê a lei desrespeitada”,

¹⁰² RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 19 nov. 1891.

¹⁰³ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 20 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

reagindo “contra os abusos”. Nessa linha, apontava que seria “esta a orientação do povo rio-grandense e de todos os brasileiros que amam sinceramente esta grande pátria”. O diário voltava a tratar de Júlio de Castilhos, referindo-se a uma de suas manifestações, vindo a discordar do mesmo em sua asserção de que ele teria sido “o primeiro homem no Rio Grande a protestar contra” o golpe presidencial, ressaltando mais uma vez o papel do “patriótico e puro movimento” de 8 de novembro. A discordância em relação ao chefe republicano gaúcho era amenizada, a partir da constatação de que “o nosso juízo sobre Castilhos continua o mesmo”, ou seja, tratava-se de um “homem honesto, ilustrado, trabalhador e patriota”, que “hoje errou, mas errou cercado de mil circunstâncias, todas derivadas do imprevisto, que a qualquer” um “perturba, mesmo aos que são portadores das mais disciplinadas ideias”¹⁰⁴.

O final do governo de Deodoro da Fonseca foi comemorado pelo periódico rio-grandino, que identificou o episódio como “O triunfo”, demarcando a vitória da revolução sobre a “ditadura”:

Não podia ser outro o desenlace que teve a
grande causa da pátria.

¹⁰⁴ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 21 nov. 1891.

A deposição do general Deodoro veio comprovar que o povo brasileiro tem entre o elemento pensante quem represente os brios, o seu pundonor e a sua dignidade.

Ferida a pátria no âmago do coração, pelo ato prepotente de um ditador insciente, o Rio Grande do Sul ergueu-se como um só homem, não para lançar um simples protesto à ditadura, que vinha vilipendiar a nação, mas com as armas na mão, para combater a prepotência do Presidente, que não trepidou em rasgar a Constituição do país.

Exemplo edificante que há de, perante a história, consignar mais uma página de nobre orgulho e cívico valor aos descendentes dos heróis de 35.

Feliz do povo que tem esta proposição como legenda:

“Antes morrer do que viver sem honra.”

O Rio Grande do Sul, identificado com a causa da República, não podia tolerar que os destinos da comunhão continuassem entregues à vontade suprema de uma entidade que se deixava assessorar pelo espírito retrógrado de um conselheiro inábil, sem orientação, sem patriotismo e sem honestidade política. (...)

Está à testa do governo do país o general Floriano Peixoto, cidadão recomendável, não só pelos seus dotes intelectuais, como pela ilustração, que o recomenda a consideração dos brasileiros.

Esperemos.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

O *Rio Grande do Sul*, órgão republicano genuíno, independente, sem filiação de espécie alguma aos partidos que se digladiam na arena política do Estado, isento de ressentimentos, de ódios e de paixões, pronunciar-se-á sempre livre das peias do partidarismo sistemático, analisando, ante o crisol da verdade, os atos do novo governo e de seus delegados.

Neste momento solene em que todo o Estado do Rio Grande do Sul palpita do contentamento que nos entusiasma, é justo que lavremos a nossa *profissão de fé*.

Ao terminar este artigo, resta-nos felicitar a pátria e aos heróis da Revolução de 8 de novembro.¹⁰⁵

A transformação política ocorrida no país foi sintetizada no editorial “Vida nova”, segundo o qual, “com a queda do marechal Deodoro, entrou de novo o país no terreno da legalidade”. Apontava que a principal meta da novel administração deveria ser a da recuperação econômica, já que “comércio, artes e indústrias definhavam ante a sucessão de erros de um governo desorientado”, com um ambiente de “calamidade” e de “desvarios”, que afetavam diretamente a existência das “massas populares, tão profundamente lesadas em seus interesses”. Nessa linha, defendia que “combater os erros da passada administração, abrindo novos horizontes ao progresso

¹⁰⁵ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 24 nov. 1891.

pátrio, sinteticamente”, deveriam ser os intentos do governo de Peixoto. Em conclusão afirmava que “a nação entra em vida nova e todos confiam no governo, que surge da opinião pública, sob os melhores auspícios”¹⁰⁶

O jornal voltava a enfatizar que “o movimento que teve início nesta patriótica cidade em 8 do corrente” fora apatridário, sustentando que “a Revolução de 8 de novembro inspirou-se no bem comum e não no miserável desejo de galgar as comiadas do poder”. De acordo com tal perspectiva, destacava que, “órgão da opinião pública, o *Rio Grande do Sul* confia no critério dos diretores do movimento reacionário”¹⁰⁷. Além disso, na concepção da folha, ficara “evidentemente provado que a gloriosa Revolução de 8 de novembro não trazia em si o espírito de anarquia e não se inspirava no reacionarismo partidário”¹⁰⁸. Reforçava ainda o enfoque pelo qual a revolta trouxera consigo os “patrióticos intuitos com que a pátria rio-grandense empunhou as armas, relembrando o valor cívico dos nomes antepassados”, constituindo enfim uma “santa cruzada da liberdade”¹⁰⁹.

¹⁰⁶ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 25 nov. 1891.

¹⁰⁷ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 25 nov. 1891.

¹⁰⁸ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 26 nov. 1891.

¹⁰⁹ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 27 nov. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

Na mesma linha, o periódico buscava esclarecer que “o intuito dos iniciadores da revolução não foi envolver-se na política estadual, derrubando um partido para levantar outro”¹¹⁰. Com base em tal indicação, o jornal garantia que continuaria “sendo uma folha independente das influências partidárias”, permanecendo “firme sem outro intento que o bem estar do país e a felicidade do povo”, estando “sempre ao lado das mais nobres, mais justas causas”¹¹¹. Ainda sobre o movimento, a folha publicava a matéria editorial intitulada “Reflexões”, na qual relembrava a atitude do Presidente Deodoro, que teria cometido “a maior das arbitrariedades”, dissolvendo o Congresso. Diante disso, complementava que “o heróico Rio Grande do Sul, zeloso de suas tradições de liberdade, foi o primeiro dos Estados que deu o sinal de alarma”. Argumentava também que, “identificado com o espírito da lei, respeitador do princípio da autoridade”, o Rio Grande não poderia “deixar passar em julgado a prepotência de uma ditadura vexatória e indigna do caráter brasileiro”. Referia-se mais uma vez ao “grande e patriótico movimento revolucionário”, formado pelo “povo confraternizado com a força armada”, que se uniu “como um só homem e identificado com uma causa nobre, patriótica e justa”, que, com “dedicação, patriotismo e

¹¹⁰ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 3 dez. 1891.

¹¹¹ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 6 dez. 1891.

hombridade cívica”, viria a “vencer o poderio caricato de um ditador inconsciente”¹¹².

O *Rio Grande do Sul* ainda publicou um “Alerta!”, denunciando a movimentação dos “adeptos do monarquismo”, que estariam a aproveitar-se do momento de crise, “para ativarem a propaganda no sentido da restauração”. Frente a isso, a folha apelava para que todos cumprissem “o seu de dever de patriotas, e as maquinações monárquicas caíam, conjuradas pelo civismo de um povo que não nasceu para ser escravo”¹¹³. De acordo com o jornal, outro risco ao regime seria a ação das frentes partidárias, tendo em vista que “a atualidade política é de desorganização e, por isso, de dúvidas e receios”, havendo a necessidade de entrar “num período de paz”. Levando em conta sua filiação, defendia as ações do “partido republicano histórico”, referindo-se ao castilhismo, e criticava as forças anticastilhistas, notadamente os dissidentes republicanos¹¹⁴.

Especificamente sobre esse embate com os dissidentes, o periódico estabeleceu acirrados conflitos discursivos com o *Eco do Sul*. Ainda a respeito da ação dos partidos, o diário defendia que cumpria aos “homens políticos” refrearem “as suas ambições”, abrandando

¹¹² RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 16 dez. 1891.

¹¹³ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 17 dez. 1891.

¹¹⁴ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 18 dez. 1891.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

“a sua cólera” e sendo “respeitadores da lei”¹¹⁵, propondo ainda que seria “tempo de acabar com a política de ódios e perseguições mesquinhas”¹¹⁶.

Desse modo o *Rio Grande do Sul* comentou os fatos que se desencadearam a partir do golpe de Estado e levaram à eclosão do movimento rebelde. Naquele novembro de 1891, o jornal não teve condições de ir de encontro à revolução e precisou colocar-se em posição contrária ao autoritarismo presidencial. Ainda assim, as manifestações do periódico foram direcionadas quase que exclusivamente contra Deodoro da Fonseca, vindo a realizar um esforço discursivo para poupar Júlio de Castilhos, visando até mesmo a inocentá-lo, tanto que, sobre a queda do líder estadual, não publicou uma linha sequer, revelando sua insatisfação com o afastamento do castilhismo do poder¹¹⁷. Na condição de sectário do regime castilhiista, o *Rio Grande do Sul* se viu em certo acanhamento, ficando até mesmo embaraçado para posicionar-se perante a Revolução de 8 de novembro, ainda mais quando um segmento decisivo do movimento voltou-se também contra Júlio de Castilhos, exigindo de parte do mais novo diário

¹¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 25 dez. 1891.

¹¹⁶ RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande, 31 dez. 1891.

¹¹⁷ OLIVEIRA, 2023, p. 137.

rio-grandino a prática de verdadeira alquimia discursiva para justificar suas posturas.

Em decorrência da tentativa de instauração de um regime autoritário por parte do Presidente da República e da revolta que se opôs ao golpe de Estado, a imprensa diária rio-grandina teve um papel essencial no desencadeamento de tal reação, servindo os jornais como catalisadores para a mobilização rebelde. No seio de tais reações, ficou estabelecido um conflito discursivo, que se desenvolve na existência de dois contextos discursivos antagônicos, no qual os interlocutores se constituem como dois lugares sociais com igual poder de palavra, mas adversários, de maneira que ambos se remetem a discursos em algum sentido em conflito e, nessas circunstâncias, a relação enunciativa se desenvolve como uma luta pela hegemonia de um deles¹¹⁸. Para sustentarem tal conflito, os periódicos escolheram como adversários fundamentais Deodoro da Fonseca e Júlio de Castilhos (menos no caso do *Rio Grande do Sul* quanto a este último). Desse modo, estabelecia-se uma perspectiva de contradição caracterizada pela abertura e o desenvolvimento de uma situação de argumentação dialógica, surgindo espaço para o desenvolvimento

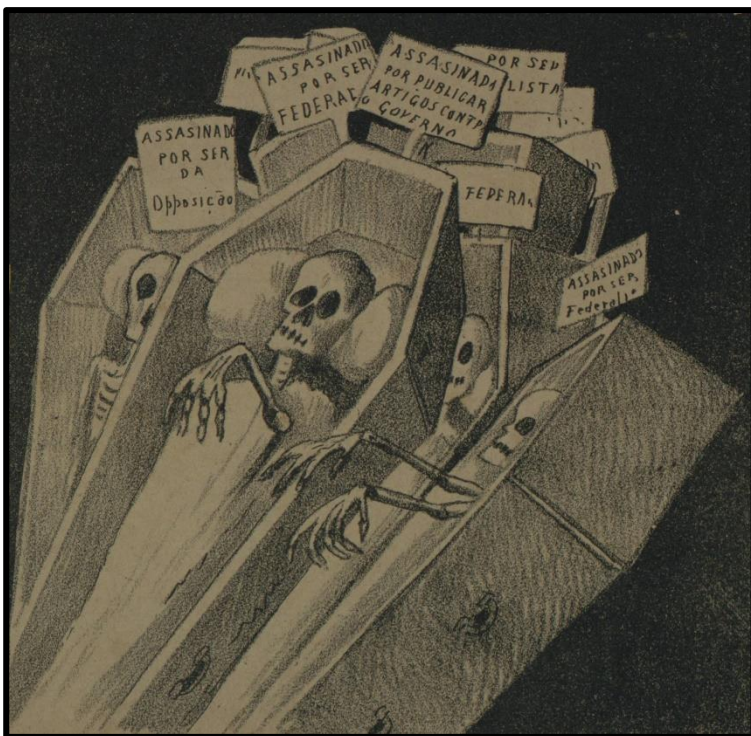
¹¹⁸ MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 180-181.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

das figuras de oposição¹¹⁹. Nesse quadro, os diários citadinos agiram em torno do controle do poder da palavra, uma vez que esta intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa. Por meio de tal confronto discursivo, se dava uma estigmatização do mal, a partir das estratégias de desqualificação do adversário, passando este a ser um dos polos constitutivos do discurso político. De acordo com tal perspectiva, o sujeito político que combate um adversário deve rejeitar os valores opostos aos preconizados pelo inimigo, buscando demonstrar a partir de uma boa argumentação a fraqueza e o perigo das ideias deste¹²⁰. Assim, *Eco do Sul* – com maior veemência, por já constituir uma das forças impressas de oposição aos governantes, mormente na esfera estadual –, e *Rio Grande do Sul*, com todos os cuidados advindos de sua postura castilhistas e a tentativa de ilibar o chefe político republicano quanto ao ato golpista; viriam a estabelecer construções discursivas que moldaram as figuras dos inimigos e dos aliados, intentando levar ao público suas respectivas versões acerca dos episódios que se desencadearam a partir de novembro de 1891.

¹¹⁹ CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 129.

¹²⁰ CHARAUDEAU, 2006. p. 21 e 92-93.



**Os meses iniciais da
Revolução Federalista nas
construções textuais e
imagéticas do *Bisturi***

No contexto belicoso que marcou a formação histórica do Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista foi um dos mais graves confrontos, surgindo como um fator de alta instabilidade para a nascente República Brasileira. Promovida como último recurso dos oposicionistas frente ao aparelho montado pelo castilhismo, que alijava do poder qualquer um que não seguisse à risca o modelo colocado em prática por Júlio de Castilhos. Durante essa guerra civil, ao lado da luta pelas armas, houve um acirrado enfrentamento por meio das palavras impressas, em um quadro pelo qual a imprensa teve uma atuação fundamental no desencadear do conflito¹²¹.

¹²¹ Acerca do conteúdo essencialmente político desse jornalismo, ver: FÉLIX, Loiva Otero. Pica-paus e maragatos no discurso da imprensa castilhista. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 1993.; FÉLIX, Loiva Otero. Mito e alegoria: o universal e o nacional na luta federalista. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande, Ed. da FURG, 1993.; FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série).; FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do IHGRS*. n. 131, 1995.; RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da*

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

Nesse contexto, um periódico ilustrado-humorístico editado na cidade do Rio Grande desempenharia um papel essencial. Seu título era *Bisturi*, associado ao caráter incisivo do instrumento cirúrgico, identificado com a abordagem essencialmente crítica que o semanário empregava em suas páginas. De inspiração liberal, o *Bisturi* aceitou a mudança da forma de governo, imaginando que a República viria em nome da liberdade, mas, em seguida, passou a lastimar o caráter autoritário com o qual o regime se impunha, passando a colocar-se na oposição aquilo que chamava de ditadura, tanto na esfera federal, com Deodoro da Fonseca, e na estadual, com Júlio de Castilhos. Além de oposicionista, o hebdomadário sustentou uma postura de resistência ao castilhismo, pelo menos enquanto a repressão tornou tal comportamento possível. Levando em conta essa posição, com o espocar da Revolução Federalista, a folha ilustrada manteve seu espírito anticastilhista e colocou-se em prol da causa revolucionária¹²², promovendo assim um aberto

Revolução de 1893. Bagé, URCAMP, 1983.; RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1993;.

¹²² Sobre o *Bisturi*, ver: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 185-195.; ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-*

conflito discursivo, pelo qual buscava legitimar a ação de seus aliados e deslegitimar a dos adversários¹²³. Este ensaio busca identificar as reações do *Bisturi* diante do processo revolucionário durante os dois primeiros meses do confronto.

O autoritarismo governamental, uma das razões fundamentais que levou o *Bisturi* para a vertente oposicionista, teve dentre suas facetas o cerceamento à liberdade de expressão, prática inaceitável na concepção do periódico. Segundo o semanário a imprensa era “a voz do mundo”, de modo que, “quem reprime o pensamento atenta contra o homem”, pois “falar, escrever, imprimir e publicar” constituíam “círculos sucessivos à inteligência ativa”, tornando-se “as ondas sonoras de pensamento”. Nessa linha, apontava que nos lugares “onde a imprensa livre é interceptada, pode dizer-se” que “a nutrição do gênero humano está interrompida”. Defendia que a imprensa era “a força” e “a inteligência”, não podendo, portanto, ser “escrava”, visto que “a restrição da palavra” deveria

grandina (1868-1895). Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 407-465.

¹²³ Sobre o conflito discursivo, ver: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 92-93.; e MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 180-181.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

ser “impossível”, bem como, “sem liberdade de imprensa, não há salvação”¹²⁴.

O regime pelo qual vinha sendo instituída a nova forma de governo era fortemente criticado pelo hebdomadário, responsabilizando-o, inclusive, pelo espocar da guerra civil. Nesse sentido, lamentava que estivesse “o nosso solo ensopado de sangue dos nossos irmãos, e juncado de fragmentos humanos”. Frente a esse quadro tétrico, questionava “quem não tem horror a este República execrança”, na qual “o crime impera, o jogo alastra, a prostituição se alarga, a gatunice se desenvolve e a miséria estende-se por toda a parte” e ainda “os políticos procuram subir às regiões desconhecidas”. Diante disso, exortava com a expressão “abaixo esta República nefanda” e “esta gente de poder e da abastança” olhava os “homens do labor com sobranceira e desprezo”¹²⁵.

Sob o título “No nosso posto de honra”, o semanário confirmava sua postura diante da situação vigente:

Não há nada que nos faça recuar ao nosso posto de honra, nada nos intimida.

Portanto, continuaremos com coragem e altivez a defender os humildes contra a prepotência dos que se julgam fortes, com o desafronto e audácia de quem no cumprimento

¹²⁴ BISTURI. Rio Grande, 12 fev. 1893.

¹²⁵ BISTURI. Rio Grande, 12 fev. 1893.

de sua missão, tem pela morte um soberano desprezo.

Sabemos enfrentar todos os perigos sem temer o punhal vil da traição e da emboscada.

A imprensa que teme o punhal do sicário, que se deixa amordaçar, precisamente tem que trair a sua sublime missão, deixando de ser a mais poderosa das potências do século. (...)

Que me importa que me cravem o punhal no peito, ou que me envenenem em uma taça de esmeraldina?

Sendo essa a nossa conduta é fácil de se compreender que não podemos agradar a essas larvas nojosas e frias, que exumamos das profundezas da abjeção e expomos aos raios impiedosos da opinião, que as funde no ardor da sua indignação e esmaga com todo o peso da sua justiça severa e inflexível.¹²⁶

Para o *Bisturi*, a desmoralização se estendia a todos os ramos do novo regime, inclusive ao judiciário, tanto que vinha a exclamar que “não temos mais justiça” e “tudo está corrompido e desmoralizado”, vivendo o país uma “pavorosa situação”. Diante desse contexto, questionava “quando terminará este reinado de vergonhosas patifarias?”. No seio do conflito discursivo estabelecido pela folha ilustrada rio-grandina, um dos direcionamentos foi realizado em relação a outro representante da imprensa rio-grandina, o *Rio Grande*

¹²⁶ BISTURI. Rio Grande, 12 fev. 1893.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

do Sul, publicação que assumia feição castilhistista. Para tanto, ridicularizava tal grupo, que estariam a comemorar com foguetório uma suposta “notícia de haver sido derrotada uma força federalista”. Os governistas eram depreciados representados como patos, em alusão a um apelido de adolescência pejorativo atribuído ao líder Júlio de Castilhos, bem como no sentido de apresentar os sectários do castilhismo como tolos, pacóvios e idiotas. Nessa linha, demarcava que “os ‘patos’ delirantemente festejaram o acontecimento”, mas vaticinava que “os foguetes também têm ‘lágrimas e sempre é bom esperar pela volta”¹²⁷.



¹²⁷ BISTURI. Rio Grande, 12 fev. 1893.

Mantendo a batalha discursiva contra os adversários, o *Bisturi* mais uma vez desafiou o defensor do castilhismo *Rio Grande do Sul*. Por meio do artigo “O riso de Satã”, o hebdomadário acusou a folha governista de estar interessada no desencadear da guerra civil, visando à vitória do regime que defendia, sem preocupar-se com as consequências que tal enfrentamento bélico poderia acarretar:

O *Rio Grande do Sul*, órgão castilhista, festejou ruidosamente o início da revolução, soltando aos ares algumas dúzias de foguetes de bomba real.

Rejubilosamente festejou o lutuoso acontecimento!

Para ele o derramamento de sangue de nossos irmãos é uma cena como outra qualquer.

Que lhe importa que o solo brasileiro se ensople de sangue de nossos irmãos, que lhe importa que por toda a parte lavre a morte, a desolação e o luto.

Nada o enche de pavor, nada o faz trepidar.

Festeja as grandes desgraças, sem sentir o menor tremor convulsivo a agitar-lhe violentamente os membros, ante o lutulento quadro, dos pequenos filhos deplorando a morte de seu pai, que os deixou na orfandade e na miséria, do esposo amante, ou do filho estremecido, nada o faz comover; se compraz em ver a família dos míseros arrastada ao sacrifício, com os cabelos soltos pela aflição, com a cor macerada pela fome, com os olhos pisados pelas lágrimas, à cabeceira de um cadáver!

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

O luto, o desespero e a aflição é para ele uma
cena como tantas desta situação lugubrememente
medonha.

Continue o *Rio Grande do Sul* a soltar foguetes
e a dar vivas à República!...¹²⁸

Em coluna que debatia a “Política”, o
semanário dizia que “quem hoje em dia não é político,
não tem importância nem perante os homens, nem
perante Deus” e, “por isso, o *Bisturi*, que deseja
sempre conservar a sua primitiva *importância*, só
deixará de ser político” no momento em que “vir que
lhe é mais conveniente tornar-se impolítico”. Nesse
contexto, mais uma vez antagonizava a imprensa
governista que não poupava elogios a Júlio de
Castilhos, vindo a contrariar tal orientação, negando
tais adjetivações positivas, mormente no que tange à
“honradez” do político, explicitando que ele praticara
malversação de verbas públicas. Em seguida, o ataque
aos inimigos políticos ficava ainda mais intenso, vindo
a questionar àqueles “que assalariam bandidos para o
assalto e destruição de uma empresa jornalística”, por
motivo da mesma “fazer oposição aos desmandos de
um governo já moralmente derrotado e coberto de
ódios e maldições”. Levando em conta tal perspectiva,
o semanário rio-grandino desafiava os detentores do
poder no contexto gaúcho, dizendo: “Vamos senhores
da situação, acendam os archotes, empunhem o

¹²⁸ BISTURI. Rio Grande, 19 fev. 1893.

bacamarte e espreitem à noite”, no sentido de “completarem a obra que encetaram de destruição, incêndios, roubos e assassinatos”¹²⁹.

Em editorial intitulado “A rolha!”, a publicação ilustrada reiterava sua ojeriza à falta de liberdade de imprensa e reforçava as críticas ao governo rio-grandense:

O *Bisturi* também foi intimado pelo digno subintendente capitão Cintra para *ser todo luva de pelica branca* quando falar do governo e dos governadores.

Isto já não é novidade para os nossos leitores, porque [já] retratamos a situação da imprensa local perante as ordens do *supremo tribunal inquisitorial*.

Hoje nos botam mordaca à boca, amanhã serão capazes de nos exterminar a estricnina.

Isto que vos acabo de dizer serve não só para demonstrar que nem mesmo a rir a gente pode livrar-se das carrancas dos governadores, mas também para fazer conhecer aos leitores os graves obstáculos que se interpõem à nossa marcha futura, apesar de existir uma constituição que nos garante plena manifestação do pensamento!

Devemo-nos curvar bestialmente ante a aviltante intimativa dos caudilhos da situação, porque a época é da *legalidade, do respeito às leis e à constituição*!

Mas, perguntamos nós, se este governo está forte, se os seus governadores estão sentados em

¹²⁹ BISTURI. Rio Grande, 19 fev. 1893.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

seus postos pela soberania popular, pelos seus merecimentos, que receio têm eles da oposição da imprensa, para andarem tristes e preocupados, receosos do dia de amanhã?

Para que se arma até os dentes, audaz e inconstitucionalmente, decidido à resistir e a lutar até vencer ou morrer?

Semelhante espetáculo contemplam os nacionais e estrangeiros com impavidez, porém formando de tudo isso um juízo muito pouco favorável à República.

E as pobres e desoladas províncias, ou estados, como entendam, sentem o peso sanguíneo da patriotada infrene, que numa correria medonha vai ensopando o solo de sangue, esterilizando o cultivo, paralisando as indústrias, escasseando o trabalho e aumentando a miséria.

Isto será tudo quanto entenderem, menos um governo decente, um governo essencialmente popular, que governa com a opinião e que é filho da legalidade.

Um tal governo não pode ter vida por muito tempo (...).

É um governo cheio de vícios, cheio de fraudes e corrupção e que terá que cair como caem das árvores as folhas secas e podres.

Como cairá tudo que deve cair por vício de nulidade.

Até lá não há remédio se não suportarmos a sua mordação.

Um dia serão respeitados os nossos direitos e o país aviltado, redimido.

Continuem, pois, a encarcerar aqueles que não vos aplaudem, desterrar, perseguir, mesmo degolar a quem vos não festeja, porém, o que não

conseguirão é romper suas ideias, destruir seu propósito, deter sua marcha e avassalar sua moral e o seu ânimo.

Para isso são impotentes.

Confiantes no futuro, aguardamos no peito as agruras de hoje, com os olhos voltados para os homens de coração e patriotas que felizmente os há e que saberão bater-se em prol dos nossos direitos covardemente ultrajados.

Um dia cairá a nossa mordaça que servirá de mortalha a esse governo que não tem recursos, nem critério, nem patriotismo, nem opinião, nem iniciativa, nem coisa alguma.

É um governo de papa-moscas...¹³⁰

Os ataques à imprensa oposicionista também eram pauta do semanário rio-grandino, como ao denunciar um “Infame assalto”, descrevendo que na vizinha cidade de Pelotas, “onde domina o terror governamental”, fora “assalta e empastelada a tipografia da *Tribuna Federal*”. Diante disso, demarcava que, “no cadastro dos crimes nefandos praticados pelos *crocodilos* da atual situação” fosse registrado “mais este brutal e vergonhoso atentado”. Levando em conta o ocorrido, a folha rio-grandina questionava qual seria “o país que não se envergonha de possuir um governo que manda assaltar e destruir

¹³⁰ BISTURI. Rio Grande, 26 fev. 1893.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

uma propriedade considerada pelas constituições inviolável e sagrada”¹³¹.

As restrições governamentais impostas ao jornalismo foram mais uma vez tema das manifestações do periódico. Em matéria carregada na ironia, a folha comentava que não havia “nada tão triste neste mundo como a falta de acontecimentos graves”. Na verdade, o *hebdomadário* buscava enfatizar mais uma vez a falta de liberdade de expressão, uma vez que os tais episódios estavam efetivamente a acontecer, mas os jornais não tinham liberdade para divulgá-los. Nessa linha, comparava tais restrições a “um homem com as mãos amarradas atrás das costas, o nariz a comer-lhe e uma grande *rolha* à boca”¹³².

O periodismo castilhistas foi mais uma vez alvo das críticas do *Bisturi*, que se referia ao pelotense *Diário Popular* e ao rio-grandino *Rio Grande do Sul*. A folha caricata denominava tais diários respectivamente de *Populacho* de Pelotas e *Assobio* do Rio Grande, dizendo que eles continuavam “a publicar notícias alarmantes, eivadas de mentiras e falsidades, sem que alguém lhes peça contas”. Constatava que para tais periódicos “não chegou a *lei da rolha*”, permitindo que eles dissessem inverdades

¹³¹ BISTURI. Rio Grande, 26 fev. 1893.

¹³² BISTURI. Rio Grande, 5 mar. 1893.

acerca dos federalistas, mas ressaltava que os mesmos eram conhecidos “do público pelas suas infâmias e calúnias”. Lastimava que, “desgraçadamente, as coisas mais ruins são as que mais duram”, demarcando que “se este governo fosse o que devia de ser, se extirpasse a quem devia extirpar, se procurasse arrojado do seu país tantas podridões, tanta pestilência nauseabunda” e ainda “tanto veneno mortífero”, não haveria “tanto horror a chorar, tantas infâmias a anatematizar”. Perante tais circunstâncias, constatava que se tratava de “um governo miserando, horripelantemente célebre, que podia e não procurou evitar esta guerra fratricida, que traz de luto a família brasileira”¹³³.

A respeito da guerra, o periódico rio-grandino afirmava que “corre com assistência que os *pica-paus*”, ou seja, os castilhistas, “andam assustados com as notícias vindas das fronteiras”. Diante de tal constatação, em matéria denominada “Um inventor”, o *Bisturi* sugeria chistosamente que as forças governistas substituíssem as espingardas por uma lança recentemente inventada, a qual seria de “*grande alcance*”, de modo que as tropas vinculadas ao castilhismo sequer precisariam “ir às fronteiras para

¹³³ BISTURI. Rio Grande, 5 mar. 1893.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

matar inimigos” e nem mesmo sair de casa para
“espetar os federalistas”¹³⁴.

Utilizando-se de versos, o semanário
manifestou-se “Ao público”, criticando as restrições
impostas ao periodismo, simbolizadas pelo objeto de
cortiça que servia para tampar as garrafas:

Povo amado eu te saúdo
com toda a cordialidade
desejando – passe bem
sem a menor novidade.

Aqui tens o *Bisturi*,
sentado em régio sítio,
disposto a fazer ditoso
a quem não lhe fizer mal.

Já sabeis sou generoso,
e me sinto até capaz
de dar-te... o que não posso;
progresso e felicidade!

Mas para que tal aconteça
e poder entrar na liça,
preciso que tu te empenhes,
a arrancar-me esta *cortiça*.¹³⁵

Com esperanças, o hebdomadário escreveu
“Preparemos a cova”, prevendo a queda do
castilhismo. Destacava assim que lhe parecia

¹³⁴ BISTURI. Rio Grande, 5 mar. 1893.

¹³⁵ BISTURI. Rio Grande, 5 mar. 1893.

“felizmente que não estará longe o dia em que teremos de abrir a vala, para sepultar este governo”, o qual “só tem vivido a nadar desesperadamente em um mar de indecisões e anomalias”. Sustentava também que “o governador já começou a implorar a caridade dos partidos, de porta em porta”, pedindo “compaixão, mas todos lhe dão com a porta na cara”. Recomendava ao governante que não seria “para os partidos que deve voltar humilhante e arrependido” e sim “para os céus, implorando a misericórdia divina”, uma vez que, “na terra não há perdão para tantos horrores”¹³⁶.

As perseguições ao periodismo foram mais uma vez denunciadas no artigo intitulado “Esperemos”, no qual o periódico narrava que “se reuniu uma dessas tétricas noite passadas, as potências políticas para deliberarem sobre a sorte que deveriam dar” para “as imprensas oposicionistas desta cidade”, chegando a ser lembrado “nesta ocasião o nosso pequenino *Bisturi*, que apenas tem vivido para fazer *alarme* do riso e da galhofa”. Um dos participantes da dita reunião teria chegado a impor “a destruição completa do nosso material e a prisão do seu proprietário”, de maneira que, “destruir a imprensa e prender os seus proprietários é todo o prazer diabólico do rapaz”. De acordo com tal

¹³⁶ BISTURI. Rio Grande, 5 mar. 1893.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

perspectiva, considerava absurdo que alguém desejasse “a destruição de uma empresa jornalística, que não faz alarme, mas, que apenas pinta em cores vivas os horrores da situação”. Além disso, declarava que esperaria “com paciência o *decreto* que faça cair por terra a *lei da rolha*, que está afrontando a nossa civilização”¹³⁷.

Realizando transcrição de periódico carioca, o semanário publicou a nota “Sobre a revolução”, oriunda do boletim de um enviado ao Uruguai. A manifestação era abertamente favorável à causa dos revoltosos federalistas:

A revolução no Rio Grande do Sul é uma brilhante realidade; o exército libertador engrossa as suas fileiras dia a dia, surgindo de todos os recantos do Estado grupos de patriotas a afrontar impávidos e sobranceiros à resumida horda de selvagens que enxovalham os brios de nossa amada terra.

De toda a parte os brados de indignação levantam-se em frêmitos indomáveis; os brios rio-grandenses despertam para derrogar o castelo do despotismo representado na pessoa do trêfego bacharel Júlio de Castilhos.

Não há poder humano que possa mais deter o valoroso exército revolucionário; o triunfo da liberdade e com ela o triunfo da verdadeira República, vai ser em breve uma realidade na abençoada terra dos gaúchos.

¹³⁷ BISTURI. Rio Grande, 5 mar. 1893.

Parece que os manes dos heroicos lutadores de 35 erguem-se das próprias sepulturas para dar ânimo às patrióticas forças federalistas e saudá-las pelos triunfos que vão alcançando na reivindicação dos direitos e liberdades de um povo martirizado pelo mais ferrenho despotismo.

A República federativa, mas a República honesta, libérrima e democrática será uma realidade no Brasil, quer queiram, quer não, os bárbaros que, com seus atos de repugnante selvageria, ultrajam a nossa civilização.

Agora hão de conhecer os déspotas o quanto valem os eminentes chefes Silveira Martins e general Silva Tavares.

Viva o Rio Grande do Sul!

Viva o exército libertador!

Viva o Partido Republicano Federal!¹³⁸

Em tom joco-sério, o *Bisturi* utilizava-se da caricatura para estabelecer o confronto discursivo com os adversários. Para tanto, utilizou-se da presença de um prestidigitador que realizava espetáculos na cidade do Rio Grande, vindo a reconstituir na forma de pilhéria algumas cenas da apresentação do artista, traduzindo o olhar do periódico sobre a realidade. Nessa linha, o mágico conseguia retirar a rolha da boca dos jornalistas rio-grandinos, o que seria um “trabalho difícil e assombroso”, além de retirar do ventre de Júlio de Castilhos um jornalista da oposição que desaparecera. Ele faria ainda desaparecer um gato

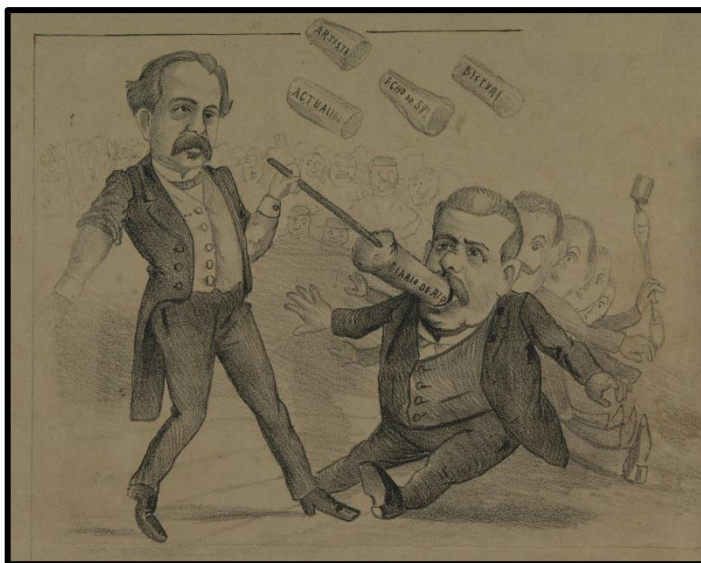
¹³⁸ BISTURI. Rio Grande, 12 mar. 1893.

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

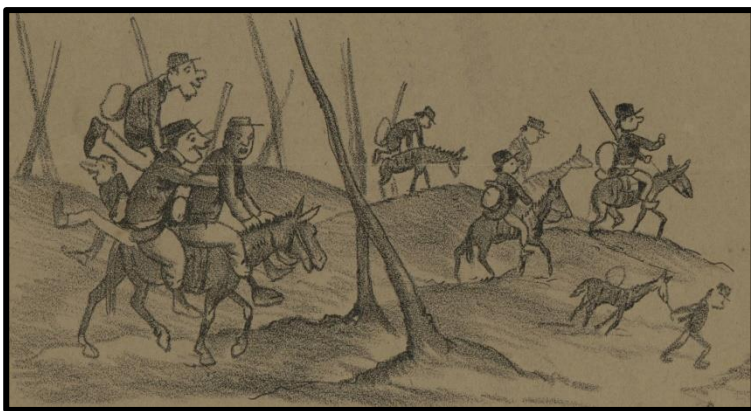
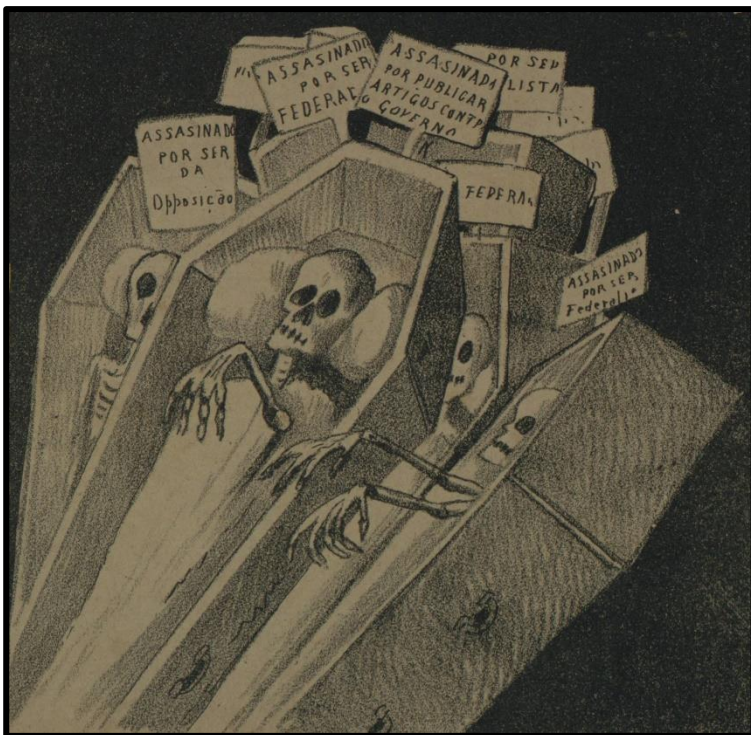
preto, identificado com os escândalos que tomavam conta do país sob o regime vigente. Proporcionaria ainda a saída de anúncios e de uma revoada de patos – os castilhistas – que saíam de uma bota, designando o autoritarismo. O espetáculo seria encerrado com uma cena tenebrosa, com esqueletos colocados em caixões, sendo identificadas as *causas mortis* o assassinato, “por ser da oposição”, “por ser federalista”, ou “por publicar artigos contra o governo”¹³⁹. Tal perspectiva era transposta para o campo de batalha, noticiando que “as forças federalistas têm, com notável estratégia, debicado as forças castilhistas”. Nesse sentido, as tropas governistas estariam tendo amplas dificuldades na execução de suas operações, mormente quanto à obtenção de montaria. Diante disso, o periódico fazia sugestões bem-humoradas para obtenção de soluções para o transporte de cavalos, fosse pelas linhas telegráficas, por meio de uma arca/balão, ou, finalmente, pela mágica do citado prestidigitador¹⁴⁰.

¹³⁹ BISTURI. Rio Grande, 12 mar. 1893.

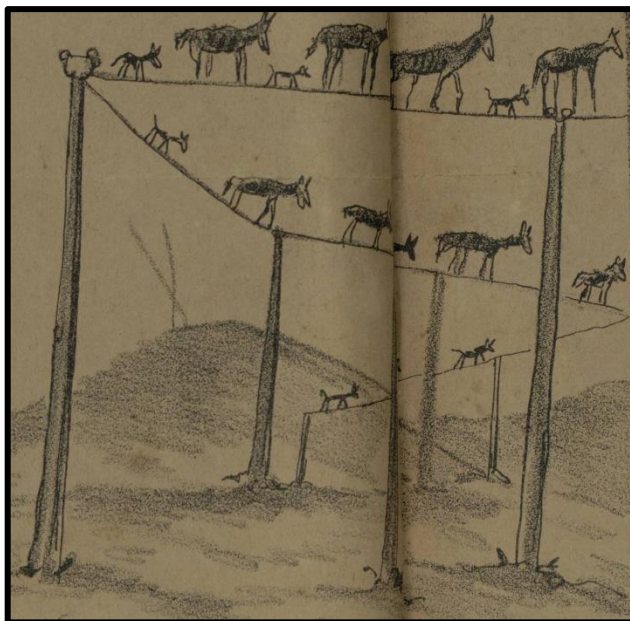
¹⁴⁰ BISTURI. Rio Grande, 19 mar. 1893.

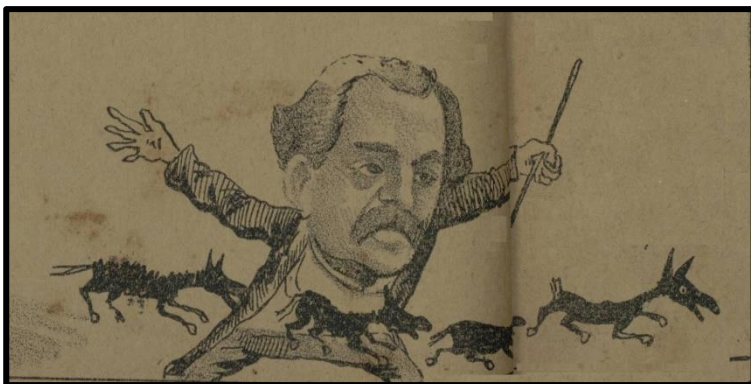






GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO





Já na última edição de março de 1893, o *Bisturi* voltava a promover críticas à imprensa castilhista, buscando desmenti-la. Dessa maneira, afirmava que “os telegramas e as notícias dadas por este *papelucho*, com referência à revolução, são de uma importância mefistofélica”. Descrevia que para a folha governista não houvera “ainda um combate em que saísse um castilhista com uma simples arranhadura” e, “até ontem, só houve um ferido, mas isso mesmo de um desastre”. Com ironia dizia que o órgão do governo sustentava que “todos os castilhistas atacam com arrojo incrível aos federalistas, que são uns poltrões, que nada valem, destruindo-os completamente” e “pondo-os em vergonhosa fuga”, bem como “ainda não tiveram uma vitória” em “que corresse uma gota de sangue dos seus companheiros”, pois “toda a sua gente bate-se como leões, repelindo a

GOLPE DE ESTADO, REVOLTA E REVOLUÇÃO NO RIO
GRANDE DO SUL SOB O PRISMA DA IMPRENSA:
ESTUDOS DE CASO

abordagem dos covardes inimigos, que são completamente destroçados”. Frente aquilo que considerava como profundas inverdades, o *hebdomadário* rio-grandino concluía que “realmente são fosfóricas as tais notícias e dignas de uma gargalhada homérica nestes tempos sensabóricos”, nos quais “a nacionalidade política está de feição exótica”¹⁴¹.

Assim, nos dois primeiros meses que se seguiram à deflagração da Revolução Federalista, o *Bisturi* mobilizou sua composição editorial para sustentar a causa dos rebeldes federalistas e atacar ferrenhamente o castilhismo. Tais manifestações de natureza política estavam articuladas com a disputa pelo poder entre federalistas e governistas, já que em tais enfrentamentos, o discurso exerce, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes¹⁴². Nesse quadro, o objetivo do discurso político era o de vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, em que cada um dos lados em confronto buscava construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo e o antagonismo se constrói pelo esvaziamento do

¹⁴¹ BISTURI. Rio Grande, 26 mar. 1893.

¹⁴² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9-10.

significado do discurso do outro¹⁴³. A perspectiva fundamental era a eliminação de um mal que assolava o Rio Grande do Sul, representado pelos castilhistas, intentando obter a adesão da população a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-la de seguir o projeto adverso¹⁴⁴. Desse modo, por meio de textos e imagens, o semanário ilustrado rio-grandino agiu na sustentação de um conflito discursivo, que buscava apresentar uma versão positiva de seus aliados e a mais negativa possível dos adversários.

¹⁴³ PINTO, Céli Regina. A sociedade e seus discursos. In: *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 51-52 e 55.

¹⁴⁴ CHARAUDEAU, 2006. p. 91.



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**
Fundada em 1846



9 786553 060944

ISBN: 978-65-5306-094-4